

# SANEAR

ANO XVI  
N.46

A REVISTA DO  
SANEAMENTO

## AESBE

**39 ANOS  
DE COMPROMISSO COM  
A UNIVERSALIZAÇÃO  
DOS SERVIÇOS  
DE SANEAMENTO  
BÁSICO DO BRASIL**

Com atuação do Caburaí (RR) ao Churí (RS), a Associação se consolida como a mais representativa do saneamento básico no país, com participação ativa nos principais acontecimentos e políticas públicas para o setor

Espaço CEO: entrevista com Munir Abud, presidente da Cesan e vice-presidente Regional Sudeste da Aesbe

Prêmio Nacional Universalizar: realização da Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa da Aesbe

COP 30: Pará lidera debates em meio a mudanças climáticas extremas no país

  
**aesbe**  
Associação Brasileira das Empresas  
Estaduais de Saneamento

# Já conferiu a Série Universalizar, idealizada pela Aesbe?

A Série Universalizar é uma biblioteca virtual repleta de publicações segmentadas, que incluem: **Artigos, Documentos, Estudos, Notas Técnicas e Pareceres.**

As publicações fornecem conhecimento especializado e direcionamentos práticos que podem ser utilizados pelos gestores, técnicos, consultores, pesquisadores e colaboradores do setor.

**Convidamos todos os interessados no setor de saneamento e na universalização dos serviços a conferir e explorar estas publicações, com o objetivo de construir um futuro com saneamento de qualidade e acessível a todos!**



**Confira todas  
as publicações  
no QRcode**

# Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica: debates prioritários para 2024

Por Neuri Freitas, presidente da Aesbe e da Cagece

É com grande satisfação que estou como presidente da Aesbe durante a celebração de 39 anos da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, a maior entidade representativa do setor de saneamento. Ao longo dos anos, a Aesbe se consolidou como grande protagonista do setor e contribui ativamente na construção de políticas públicas e alteração da legislação. Em 2023, tivemos debates e discussões junto ao Governo Federal para as alterações que foram necessárias da nova legislação de saneamento. Além disso, tivemos publicações de decretos que foram viabilizados após a participação da Aesbe.

Para comemorar esta data importante, realizamos de 29 de novembro a 1º de dezembro o Seminário Nacional Aesbe 39 Anos, que foi um momento importante para debates acerca dos desafios e oportunidades que o setor enfrenta, em um contexto de mudanças climáticas cada vez mais urgentes.

As mudanças climáticas são uma realidade que já estamos vivendo em todo o mundo. O aquecimento global está provocando eventos climáticos extremos, como secas, inundações, furacões e ondas de calor. Esses eventos estão tendo um impacto significativo na disponibilidade de água, tanto em quantidade quanto em qualidade.

No Brasil, a seca na Região Norte é um exemplo claro dos impactos das mudanças climáticas. As chuvas estão cada vez mais escassas e irregulares, o que está provocando uma crise hídrica na região. Neste mês de dezembro, o estado do Amazonas está com todos os 62 municípios com decreto de emergência por conta da seca, que atinge diretamente quase 600 mil pessoas e já isolou inúmeras comunidades inteiras no interior do Estado. O Rio Negro, importante afluente

do Rio Amazonas, atingiu o menor nível dos últimos 121 anos, ou seja, este é o menor nível desde 1902, quando as medições começaram a ser realizadas.

No Centro-Oeste, as mudanças climáticas estão provocando um aumento da frequência e da intensidade das secas, assim como no Nordeste, que já possui alerta de chuvas abaixo da média para 2024. No Sul, as mudanças climáticas estão provocando o aumento da frequência e da intensidade das chuvas, o que está levando a inundações e deslizamentos de terra. No Sudeste, as ondas de calor iniciadas na primavera tendem a se intensificar no verão e nos próximos anos trazendo inúmeras consequências.

Outro exemplo é o bloco de gelo que se soltou da Antártida e se dirigiu para o Oceano Atlântico. Este bloco de gelo tinha o tamanho de São Paulo e pode provocar um aumento do nível do mar e afetar as populações costeiras de todo o mundo.

As mudanças climáticas estão desafiando a humanidade e nossa capacidade de garantir a segurança hídrica no Brasil. É preciso agir agora para mitigar os impactos dessas mudanças e garantir o acesso à água potável e ao saneamento básico para todos, mesmo em períodos de seca ou inundações.

Em 2025, o Brasil será protagonista da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP-30. O evento será

realizado em Belém (PA) e, durante todo o ano de 2024, nos prepararemos para participar do evento.

Temos um papel fundamental de compartilhar experiências e boas práticas na adaptação às mudanças climáticas e participarmos ativamente da construção de políticas públicas que promovam a segurança hídrica no Brasil. O ESG, essas três letras de grande importância, nortearão os trabalhos a serem desenvolvidos.

A Aesbe se prepara, junto com suas associadas, para um trabalho árduo durante todo o ano de 2024, que norteará a participação ativa e a inclusão do setor de saneamento nas pautas da COP-30.

Não podemos cruzar os braços diante da realidade que o planeta está nos impondo. Seguiremos com muito trabalho no ano de 2024!



**Neuri Freitas,**  
diretor-presidente da Aesbe

# EXPEDIENTE

**Coordenação Editorial:**

Rhayana Araújo

**Projeto Editorial e Gráfico, Design:**

Foco 21 Comunicação

**Redação:**

Rhayana Araújo, Michelle Khar Sidy Dioum e Foco 21 Comunicação

**Revisão:**

Rhayana Araújo e Foco 21 Comunicação

**Capa:**

Adobe Stock

**Imagens:**

Arquivo Aesbe, Arquivo Caer, Arquivo Caerd, Arquivo Caern, Arquivo Caesb, Arquivo Cagece, Arquivo Casan, Arquivo Deso, Arquivo Embasa, Arquivo Saneago, Arquivo Sanesul

**Impressão:**

Gráfica Athalaia

**Tiragem:**

10.000 exemplares.

**Diretor-Presidente:**

Neuri Freitas (Cagece/CE).

**Diretores-Vice-Presidentes Regionais:**

José Fernando Gomes Júnior (Cosanpa/PA), Roberto Sérgio Ribeiro Linhares (Caern/RN), Luciano Gois Paul (Deso/SE), Ricardo Soavinski (Saneago/GO), Munir Abud (Cesan/ES) e Edson Moritz (Casan/SC).

**Conselho Fiscal:**

Cleverson Brancalhão da Silva (Caerd/RO), Marcos Aurélio Freitas (Caema/MA), James da Silva Serrador (Caer/RR).

**Equipe Aesbe:**

Sergio Antonio Gonçalves - secretário Executivo da Aesbe; Antonio Costa de Lima Junior - assessor Jurídico; Rhayana Ferreira Araújo – gerente de Comunicação; Marcos Monteiro de Oliveira – Informática; Lisiene Goulart de Souza – Secretaria; Michelle Khar Sidy Dioum – estagiária de Comunicação; Patrícia Tavares – estagiária de Comunicação; Júlia Rodrigues – estagiária Jurídica; Maria da Cruz Campos Matos de Souza – Serviços Gerais.

## 11 REPORTAGEM DE CAPA

Aesbe: 39 anos de compromisso com a universalização dos serviços de saneamento básico do Brasil

### 06 ENTREVISTA

Panorama da segurança hídrica no Brasil: entrevista com Ricardo Soavinski

### 09 ESPAÇO CEO

Entrevista: Munir Abud, presidente da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e vice-presidente Regional Sudeste da Aesbe

### 25 PRÊMIO UNIVERSALIZAR

Aesbe lança Prêmio Nacional Universalizar para reconhecer projetos e iniciativas das companhias associadas

### 30 ESPAÇO CÂMARAS TÉCNICAS

Prêmio Nacional Universalizar marca atuação da Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa da Aesbe

### 32 PROFISSIONAIS DO SANEAMENTO

Batista: imparável na prestação de serviço de abastecimento ao Rio Grande do Norte

### 34 SUSTENTABILIDADE

Pará lidera debates para a COP-30 em meio a mudanças climáticas extremas no país

### 36 INOVAÇÃO

Aesbe participa de delegação brasileira em missão internacional de saneamento na Holanda

### 40 ARTIGO ESPECIAL

MND: uma alternativa para a universalização do saneamento básico

### 41 ESPAÇO DAS ASSOCIADAS

### 62 CURIOSIDADES

Você sabia que o Brasil vai do Caburaí (RR) ao Chuí (RS) e não do Diapoque ao Chuí?

### 64 OPINIÃO

Saneamento: A Economia, a Sociologia e a Filosofia sempre estiveram presentes nos Movimentos Político-Institucionais pela prestação dos serviços públicos



**RICARDO  
SOAVINSKI**

# Panorama da segurança hídrica no Brasil: entrevista com Ricardo Soavinski

Uma cidade bem atendida no momento não quer dizer que a situação será a mesma daqui a trinta ou mesmo dez anos. É preciso fazer estudos hidrográficos e projetar soluções a médio e longo prazo para garantir segurança hídrica para o máximo de brasileiros. A opinião do vice-presidente da Aesbe, Ricardo Soavinski, reflete a preocupação latente do setor sobre gestão de recursos hídricos num cenário mundial com mudanças climáticas cada vez mais drásticas. Também presidente da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), Soavinski discorre sobre o tema em entrevista para a Sanear.

### **A seguir, confira a entrevista completa:**

**Sanear - Atualmente, vivemos um momento de grandes mudanças climáticas em escala mundial, com 2023 registrando altas temperaturas. Do seu ponto de vista, quais são as maiores preocupações para o saneamento neste cenário?**

**Ricardo Soavinski -** A maior preocupação é aquilo que a ciência tem publicado bastante. O que a gente tem visto na prática é a questão da intensidade dos fatores climáticos, ou seja, estiagens mais severas e prolongadas e chuvas mais intensas e localizadas.

Então, para nós, que dependemos da água, nossa matéria prima para poder tratar e distribuir em milhares de cidades, falando de maneira geral e no caso de Goiás com um pouco mais de 200 cidades, é uma questão de bastante preocupação.

As secas prolongadas, o nível dos rios, ribeirões e dos mananciais cai muito e normalmente tem outros usuários também para outras atividades nessas bacias, a água fica bastante restrita.

Por mais que as companhias tenham suas outorgas para poder fazer as captações, às vezes não tem água suficiente para poder distribuir para a população. O aumento da temperatura e os problemas climáticos em torno disso traz severas consequências, principalmente para esse setor e impacta a vida de todos.

Na parte do abastecimento é bastante severo e na questão do esgoto é a mesma coisa. Você coleta esgoto, trata, e o influente normalmente vai para um corpo receptor. Quando a vazão é muito baixa, a capacidade de diluição também diminui, podendo vir a impactar aquele corpo d'água, então é muito grave.

Quando vem as chuvas torrenciais, muitas vezes elas podem criar enxurradas e levar sedimentos para a água, que aumenta demais a turbidez, prejudica o tratamento

e consome muito mais tempo, produtos e impacta negativamente o tratamento.

**Sanear - No caminho para garantir segurança hídrica para o máximo de brasileiros, quais são os principais pontos de preocupação que você considera que ainda precisam de desenvolvimento?**

**Ricardo Soavinski** - Primeiro, uma boa gestão das nossas bacias hidrográficas. Tanto as federais e estaduais, isso é fundamental. Desde a gestão do uso à proteção efetiva das florestas, das matas auxiliares, das nascentes para a água poder, quando vem a época de chuva, penetrar, infiltrar, recarregar o lençol, todo o ciclo da água, essa é a maior preocupação. No sentido das companhias, como empresa de abastecimento, a gente tem que estudar muito bem o crescimento das cidades, principalmente onde tem grandes aglomerações, que demanda muita água e sempre fazer com muita antecedência.

Então, fazer os estudos hidrológicos necessários de longo prazo definindo bem onde são e onde serão as captações, onde for necessário fazer barramento para ter acumulação de água para os períodos de estiagem e outras demandas, mas que seja muito bem estudado a tempo.

Às vezes são estudos, licenciamentos ambientais, outorgas, indenizações por áreas afetadas por um barramento e isso você não faz de um dia para o outro. São projetos e obras, colocar tudo isso para funcionar leva um certo tempo, então isso é muito importante para garantir a segurança hídrica. Além de cuidar bem das bacias hidrográficas e mananciais, é executar as obras que precisam ser executadas.

A recomendação é que todos façam isso. Em Goiás, nós fizemos para áreas mais adensadas. Fizemos esses estudos hidrológicos de longo prazo e eles norteiam todas as ações que nós temos que fazer daqui pra frente, mesmo para as cidades que estão sendo bem atendidas

no momento. Uma cidade bem atendida no momento não quer dizer que daqui a 20, 30 anos ou mesmo daqui a 10 anos vai continuar na mesma situação.

A população cresce, os problemas começam a surgir e temos que ter a solução pensada e estudada de médio e longo prazo, sem deixar para fazer os investimentos em cima da hora.

**Sanear - Na sua percepção, quais são os maiores desafios que ameaçam esse objetivo no país?**

**Ricardo Soavinski** - É o desafio da universalização. Nós temos prazos a cumprir e recursos financeiros é uma discussão muito forte. No nosso caso, em Goiás, a gente comprovou nossa capacidade econômica de poder fazer os investimentos necessários para a universalização. Depois de muito trabalho, a empresa está muito bem posicionada do ponto de vista econômico e financeiro, mas não é a realidade da maioria dos estados.

Tem muitos desafios tecnológicos, muita coisa que a gente pode avançar com tecnologia e inovação, formas de construção de equipamentos. Hoje estão sendo adotados muitos equipamentos compactos e modulares, com materiais de construção mais rápidos e eficientes. Também temos que reduzir fortemente as perdas no nosso país, tem estados onde a perda é mais da metade do que é produzido, então tem muito o que fazer. A questão da mudança climática preocupa todo mundo, então são muitos desafios e projetos pela frente.

Por outro lado, é bom que vai gerar muitos empregos, oportunidades e uma melhoria constante daquilo que é fundamental para as pessoas: água de boa qualidade e com regularidade nas casas, comércios, em todos os locais que as pessoas precisam para viver.

**Sanear - Você pode contar como a Sanear está atuando para garantir a segurança hídrica a longo prazo?**

**Ricardo Soavinski** - Nós fizemos um estudo hidrológico num raio de 60 quilômetros de Goiânia, região metropolitana que abrange um conjunto de grandes municípios e a região mais adensada do estado. Fizemos também um estudo num raio de 40 quilômetros de Anápolis, levantando tudo o que tem de disponibilidade hídrica e como seria o melhor aproveitamento disso a longo prazo. É um estudo que prevê a garantia de segurança hídrica 50 anos pela frente, ele já está pronto faz dois anos e em implementação. As cidades crescem fortemente, então, as obras que vamos precisar já estão sendo contratadas.

**Sanear - Existem medidas que estão sendo tomadas agora para alcançar uma realidade mais universalizada no futuro?**

**Ricardo Soavinski** - Estão sendo tomadas pelos vários níveis dos governos revisão de contratos, regionalização, criação de microrregiões, linhas de financiamento, produção de projetos e estudos, tem um verdadeiro mutirão de todas as áreas, privado e público.

Tem muita coisa acontecendo nesse sentido no país, então eu vejo de maneira extremamente positiva para o saneamento, é uma mobilização muito grande com aspectos regulatórios, econômicos e financeiros envolvidos, além de engenharia, tecnologia e inovação.

Uma discussão que está bem relevante é como chegar nas áreas rurais. Isso está bastante concentrado nas áreas urbanas, mas todo município tem aqueles pequenos adensamentos rurais. Às vezes até tem água, mas não é tratada e de qualidade, então como chegar a todas essas pessoas com aquele sistema que está instalado dentro de uma cidade cujo contrato tem toda uma estratégia para atender o perímetro urbano chegar nas regiões mais isoladas.

Em Goiás, nós temos vários muni-

# ENTREVISTA

cípios onde a Saneago presta serviço que já contempla essas áreas rurais ou parte delas. Esses povoados e alguns distritos já têm um formato de cidade onde você consegue instalar um sistema com poço, reservatório, tratamento básico e distribuição, como se fosse uma cidade em miniatura.

Mas tem outros, que são mais distantes, são casas mais isoladas. Tem que ter outras estratégias, outras formas de financiamento, alguns lugares são muito carentes, tem que ter um olhar muito humano e não só olhar as cidades, olhar para o interior também, principalmente onde estão as populações mais carentes que mais precisam da mão do estado. Nesse sentido, a gente tem discutido muito na Aesbe entre as várias companhias e o estado.

Inclusive, o Governo do Estado mandou um projeto de lei para a Assembleia, que já foi aprovado, criando um programa de saneamento rural que a nossa Secretaria de Infraestrutura vai conduzir e deverá já ter uma linha de financiamento.

**Sanear - Existe dificuldade de estabelecer uma relação e diálogo sobre saneamento e meio ambiente com o público mais jovem?**

**Ricardo Soavinski** - Na questão ambiental, como qualquer questão comum à população como um todo, levar a informação é fundamental. Então a educação ambiental na área do saneamento é fundamental. Em Goiás, nós temos até personagens que levamos para eventos para popularizar a questão do saneamento, porque as pessoas só se lembram quando falta em casa. Dizemos que “o nosso serviço é cuidar da nascente até a torneira”, para qualquer idade entender que a água vem lá da nascente, então tem que conservar a natureza para poder ter água no rio e assim poder captar água, tratar e levar para a casa das pessoas.

Temos que investir bastante nessa

comunicação, levar informação e ter esse engajamento, não só para o consumo consciente, mas também com o descarte dos resíduos. Nada é isolado, para cuidar da água, é preciso cuidar das florestas, se você cuidar das florestas, você está cuidando da biodiversidade, da fauna.

É fundamental, temos investido muito na Saneago e Aesbe nessa comunicação para sensibilizar as pessoas do valor da água, não só na torneira, mas também lá no ambiente natural.

**Sanear - Além da Aesbe e da Saneago, as companhias promovem ações para incentivar outras organizações a se empenhar na busca pela segurança hídrica e universalização do acesso ao saneamento básico?**

**Ricardo Soavinski** - Esse trabalho é permanente. Da mesma maneira que a gente faz as campanhas para atingir todas as pessoas e popularizar o tema, a gente depende de variáveis, não é só o investimento, não é só fazer obra.

Aqui mesmo durante o seminário (Seminário Nacional da Aesbe, realizado de 29 de novembro a 1º de dezembro), boa parte do tempo foi destinado a isso, esses temas mais amplos, além de expansão e operação.

Além das companhias que trabalham objetivamente com saneamento, muitas outras entidades de várias áreas estão debatendo o tema com a gente. A Aesbe e a própria Saneago têm participado de diversos fóruns ao longo dos anos, e vamos continuar participando, para cada um fazer a sua parte.

Os reguladores têm seu papel, as agências de meio ambiente dos municípios, as secretarias estaduais de Meio Ambiente são fundamentais em tudo isso. O Ministério Público é essencialmente importante, financiadores, bancos e o Governo Federal. Para as companhias poderem atingir seus objetivos de universalização, muitos outros atores estão e continuarão envolvidos para atingirmos o mais rápido possível.

**Sanear - Quais são suas perspectivas para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30) de 2025, que será sediada na cidade paraense de Belém?**

**Ricardo Soavinski** - Minha perspectiva é bastante positiva. Primeiro que vai ser no Brasil, sempre tem um holofote justamente pelo papel que ele tem em relação ao tema do ponto de vista mundial, com a sua mega-biodiversidade e a extensão da floresta amazônica, do cerrado, dos vários biomas que nós temos no nosso território, dos recursos hídricos, uma costa de um pouco mais de 8 mil quilômetros de extensão, então são vários ecossistemas importantíssimos para a biodiversidade e que tem um impacto positivo isso sendo bem tratado além das nossas fronteiras.

Além das questões de diversidade cultural que nós temos no nosso país, que é fabulosa, e ela acontecendo no país vai chamar muito mais atenção, ainda mais lá na Amazônia, em Belém. Se o país é tão importante para contribuir e mitigar os efeitos das mudanças climáticas, também tem que ter um apoio internacional em torno disso, cada um tem que cumprir sua parte.

Do ponto de vista do saneamento, o que nós tratamos na assembleia da Aesbe, com todas as companhias, foi uma proposta de levar o tema saneamento para dentro da conferência do clima. Foi decidido participar e levar o saneamento para dentro da COP-30, até pelo que está acontecendo agora, os rios da Amazônia estão com a vazão baixíssima, como nunca ocorreu antes. Não é só pensar na floresta, é pensar na água também, no efeito que tudo isso tem na vida das pessoas.

Para isso, nós vamos elaborar uma proposta muito robusta de ações que vamos fazer para além da universalização, de que maneiras o saneamento pode contribuir com a questão climática.





**MUNIR  
ABUD**

# Entrevista: Munir Abud, presidente da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e vice-presidente Regional Sudeste da Aesbe

Investimento histórico da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) garante segurança hídrica e impulsiona a universalização do esgoto. Em conversa com a Sanear, o presidente Munir Abud, detalha estratégias e prioridades implementadas pela empresa.

**Sanear – A Cesan anunciou um investimento histórico no setor de saneamento no Espírito Santo. Como estes investimentos estão sendo direcionados para garantir a segurança hídrica e a universalização da coleta e tratamento do esgoto?**

**Munir Abud** - Este investimento é um marco crucial para a Cesan e para o estado do Espírito Santo. São R\$ 4,3 bilhões em recursos garantidos e que serão executados até 2027. Já universalizamos o serviço de abastecimento de água em todos os municípios que atendemos, e entre os objetivos do investimento estão modernizar e ampliar nossos sistemas de abastecimento de água para que acompanhem o crescimento das cidades e universalizar a coleta e tratamento de esgoto até 2026 na Região Metropolitana da Grande Vitória e até 2030 nos demais municípios. Ao todo são 46 municípios com acesso universalizado à água e com garantia de universalização do serviço de coleta e tratamento de esgoto.

**Sanear - Quais são as principais obras que estão sendo executadas em 2023 dentro desse aporte de investimentos?**

**Munir Abud** - Podemos destacar a ampliação e modernização da Estação de



Tratamento de Água (ETA) Caçaroca, em Vila Velha, com investimento próximo a R\$ 200 milhões; a modernização da ETA de Carapina, em Serra, com um valor de R\$ 61,5 milhões; a expansão do serviço de abastecimento de água em Vitória, beneficiando mais de 30 mil pessoas e diversas comunidades. Também é importante mencionar a ampliação do sistema de Esgotamento Sanitário de Viana, com investimento de R\$ 55 milhões, dentre inúmeras outras obras que estão sendo executadas em 46 municípios capixabas atendidos pela Companhia.

### **Sanear - Qual é o impacto desses investimentos na vida e na saúde da população capixaba?**

**Munir Abud** - Mais do que abastecer com água de qualidade, coletar e tratar o esgoto, os serviços de saneamento levam dignidade para as pessoas. Melhoram a vida, o ambiente, valorizam os imóveis e sustentam o crescimento econômico das cidades. São investimentos que impactam positivamente todo o ciclo da vida, melhorando a saúde preventiva, fomentando a cadeia produtiva e com externalidades significativas desencadeadas pela recuperação ambiental com a despoluição de mananciais, praias e do mar.

### **Sanear - Qual a avaliação da Cesan sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos serviços de saneamento?**

**Munir Abud** - As PPPs representam uma estratégia fundamental da Cesan para alcançar a universalização da coleta e tratamento do esgoto. Atualmente, temos três contratos de PPPs nos municípios de Serra, desde 2014; Vila Velha, que começou em 2017; e Cariacica, que teve contrato assinado em 2020, o que nos coloca como referência no Brasil neste modelo de operação. Agora, vamos contratar uma PPP estimada em R\$ 7,13 bi-

Mais do que abastecer com água de qualidade, coletar e tratar o esgoto, os serviços de saneamento levam dignidade para as pessoas. Melhoram a vida, o ambiente, valorizam os imóveis e sustentam o crescimento econômico das cidades.

lhões e investimento de R\$ 1,77 bilhão. A consulta pública sobre essa concorrência está aberta e vai até 31 de dezembro de 2023 em nosso site, [www.cesan.com.br](http://www.cesan.com.br). Estas parcerias são essenciais para aprimorar nossas atividades, buscar inovações tecnológicas e operacionais, e, assim, proporcionar soluções mais eficazes para os desafios enfrentados no saneamento.

### **Sanear - Quais os principais projetos envolvem tecnologia e inovação na companhia? Como a tecnologia e a inovação têm sido utilizadas na modernização de suas Estações de Tratamento de Água e Esgoto?**


**Munir Abud** - Buscamos sempre a inovação nos processos, tanto administrativo quanto operacional. Além das ações já mencionadas anteriormente, temos em nossas Estações de Tratamento de Água a implantação da floto-filtração, que é um sistema completamente automatizado, que atende às exigências ambientais e visa remover partículas sólidas, óleos e outras impurezas suspensas na água. Quanto às Estações de Tratamento de Esgoto, temos a utilização de lodos ati-

vados compactos, que consiste em uma tecnologia de tratamento biológico de água e efluentes. Esses são alguns dentre vários outros recursos tecnológicos que hoje utilizamos.

Vale destacar também que em 2023, a Cesan anunciou uma série de projetos que demonstram sua busca pela inovação e modernização. Entre as iniciativas, podemos destacar a parceria com a EDP, que resultará na construção de uma usina de energia fotovoltaica, em São Mateus. Com um investimento de R\$ 67 milhões, a usina solar marcará um novo momento no cenário energético local, aproveitando o poder do Sol para gerar eletricidade limpa e sustentável. Outra ação importante é a parceria com a ArcelorMittal, que consiste na doação de um terreno para a construção de uma nova Estação de Produção de Água de Reúso (EPAR) para fins industriais.

### **Sanear - Quais as estratégias adotadas para enfrentar os desafios futuros no setor de saneamento?**

**Munir Abud** - Estamos focados em garantir uma gestão responsável e uma sólida estrutura econômica e financeira para continuarmos expandindo nossos investimentos ao longo dos anos. Além disso, buscamos constantemente inovações tecnológicas e operacionais para melhorar a eficiência dos serviços prestados. Estamos comprometidos em superar os desafios do setor, visando sempre oferecer serviços de qualidade que atendam às necessidades da população capixaba.



## Aesbe: 39 anos de compromisso com a universalização dos serviços de saneamento básico do Brasil

Com atuação em todo o território nacional, do Caburaí (RR) ao Chuí (RS), a Aesbe celebra 39 anos se consolidando como a maior associação representativa do setor de saneamento básico no país. A entidade trabalha em conjunto com as associadas para universalizar o saneamento e, desde sua criação, tem atuado ativamente nos principais acontecimentos do setor, como na criação do Marco Legal do Saneamento Básico, nas Medidas Provisórias 844 e 868, nos debates acerca da Lei 14.026/20 e nos recentes Decretos publicados pelo Governo Federal. É uma história que enche toda a sua diretoria e associadas de orgulho.

# REPORTAGEM DE CAPA

**A** Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) celebra 39 anos de atuação em dezembro de 2023. Ao longo desse período, a entidade se consolidou como a maior associação representativa do setor de saneamento no Brasil, com atuação em todas as regiões do país, do Caburá, em Roraima, ao Chuí, no Rio Grande do Sul. A Aesbe acredita que o saneamento básico é um direito fundamental de todos os brasileiros. Ao longo de sua história, a entidade está comprometida em trabalhar para que o setor seja cada vez mais sustentável e inclusivo.

Em 1984, ano de fundação da Aesbe, o Brasil passava por um período de transição política e econômica. No setor de saneamento, o país também enfrentava desafios. De acordo com dados do SNIS, apenas 55% da população tinha acesso à água tratada, e apenas 20% tinha acesso ao esgoto coletado e tratado. Neste contexto, a fundação da Aesbe foi um marco importante para o setor de saneamento no Brasil. A associação reuniu as principais empresas estaduais de saneamento do país, com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor e a melhoria

da qualidade de vida da população.

Atualmente, a Aesbe representa 24 empresas de saneamento, que atendem a mais de 100 milhões de brasileiros. A entidade atua em diversas frentes, como a defesa dos interesses do setor e a disseminação de informações sobre saneamento básico, contribuindo assim para diversos avanços, com ações que vão desde a defesa de políticas públicas até a promoção de investimentos em infraestrutura.

Ao longo dos últimos anos, a Aesbe tem se destacado por sua atuação em defesa da universalização do saneamento básico. A entidade vem participando de diversos debates sobre o tema, e tem atuado junto ao Governo Federal para que adote medidas que promovam o acesso à água e ao esgoto de qualidade para todos os brasileiros. Neste âmbito, entre os destaques desde sua criação, a entidade tem atuado ativamente nos principais acontecimentos do setor, como na criação do Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), nas Medidas Provisórias nº 844 e 868, nos debates acerca da Lei nº 14.026/20 e nos recentes Decretos publicados pelo Governo

Federal. Para a associação, a universalização do saneamento é um desafio que o Brasil precisa enfrentar, por isso está comprometida em trabalhar para que esse objetivo seja alcançado, e que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de saneamento de qualidade.

A Aesbe completa 39 anos com muito a celebrar. Poucas entidades sem fins lucrativos e tão representativas têm uma longevidade como a dela. A Aesbe se renova a cada ano, a cada novo presidente. Essa renovação constante acrescenta valor à missão da entidade, proporcionando, com novos olhares e experiências, maior eficiência para contribuir com o saneamento do país.

Assim, a entidade chega aos 39 anos destacando que a empresa pública deve ser eficiente, inovadora, ser financeiramente sustentável e ser um instrumento de desenvolvimento socioambiental e econômico contínuo. Essa trajetória bem-sucedida mostra que a Aesbe está comprometida em trabalhar para que o saneamento básico seja uma realidade para todos os brasileiros.

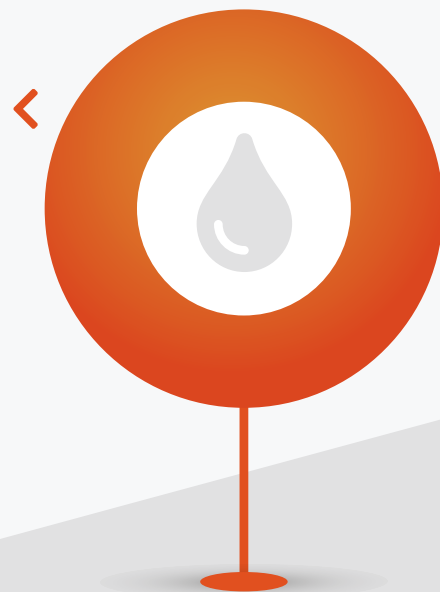
## Linha do tempo

Confira uma breve retrospectiva das ações mais importantes da Aesbe ao longo de seus 39 anos de atuação. A entidade tem sido uma importante protagonista na promoção do saneamento básico no Brasil, e continuará trabalhando para que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de saneamento de qualidade.

ANOS  
**1980**

**1984:** Fundação da Aesbe, em Brasília, DF

**1985:** Apresentação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que estabelece metas para a universalização do saneamento no Brasil



## ANOS 2000

**2007:** Início do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que inclui investimentos no setor de saneamento básico

**2007:** Publicação da Lei nº 11.445, considerada o Marco Regulatório do Saneamento Básico, que estabelece diretrizes para a prestação e regulação dos serviços para o setor

**2010:** Publicação do Decreto nº 7.217 de regulamentação da Lei nº 11.445/07



## ANOS 2010

**2013:** Publicação do Decreto nº 8.141 que aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que estabelece metas para a universalização do saneamento no Brasil até 2033



## ANOS 2020

**2020:** Publicação da Lei nº 14.026, que estabelece novas regras para o setor de saneamento

**2023:** Aesbe celebra 39 anos de atuação: Aesbe realiza o Seminário Nacional Aesbe 39 Anos, em Brasília, DF



## ANOS 1990

**1993:** Início da implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que coleta dados sobre o saneamento básico no Brasil

**1998:** Publicação da Lei Federal nº 9.656, que regulamenta o setor de saneamento básico



# A voz dos ex-presidentes da Aesbe

### Entidade de fundamental importância no saneamento

Evandro Moreira (Caer) – presidente da Aesbe entre 10/06/1994 até 10/03/1995 e 04/05/2010 a 24/08/2010

Para Evandro Moreira, a Aesbe destaca-se por zelar pelo interesse de suas associadas, representando-as em matéria de interesse comum e no contínuo aperfeiçoamento técnico mediante o intercâmbio de ideias e experiências, elaborando e divulgando estudos e trabalhos diversos, mantendo intercâmbio de associações congêneres nacionais e internacionais, colaborando com suas associadas em matérias diversas de interesse comum e estimulando soluções tradicionais sustentáveis, com foco na demanda, reforçando a capacidade humana tradicional.

Nesta venturosa oportunidade, na qualidade de ex-presidente, ele aproveita para apresentar suas sinceras e jubilosas con-

gratulações a todos aqueles que ajudaram a escrever a brilhante história dessa conceituada e gloriosa instituição brasileira.

Segundo Moreira, nas épocas das suas gestões, não havia tantas informações com tanta facilidade. “Nós fizemos um catálogo que facilitava procurar pelas empresas por concorrência do hidrômetro. A gente aproveitava a concorrência, pegava informação, isso ajudou muito”, destaca.

Ele aponta que outra coisa é que pleitearam não pagar o PIS e Cofins e para as empresas pegarem a verba e revertêrem em expansão de rede, para atender ao máximo possível de pessoas. “Até tivemos uma reunião com o ministro do STF, o Nelson Jobim”, recorda. No restante, o ex-presidente destaca que eram reuniões, conversas, intercâmbios, o que acontecia na mesa de negócios.

Evandro também era presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) e, para ele, a experiência na Aesbe foi excelente. “A Aesbe

é uma entidade de fundamental importância no saneamento. O saneamento ainda não é o que gostaríamos que fosse, mas sem Aesbe, não seria nada”, declara.

O executivo diz que o saneamento foi uma coisa que marcou muito sua vida. “Eu sempre busquei coisas que me dessem uma resposta muito rápida. Aqui, eu tinha uma maneira de administrar que, quando precisava e chegava o momento da expansão das redes, a grande maioria na periferia e com pessoas de baixa renda, eu não mandava só assistente social, eu sempre estava presente. Não acreditavam que eu iria, mas eu ia. Eu conversava com eles, falava que o objetivo era que o maior número de pessoas tivesse acesso à água. Deixava meu telefone e cheguei até a receber alguns telefonemas”, comenta.

Outro feito de Moreira foi defender a taxa mínima e instalação de poucos hidrômetros, a maioria como sinal de que estavam estragando a água. “Eu via



A Aesbe é uma entidade de fundamental importância no saneamento. O saneamento ainda não é o que gostaríamos que fosse, mas sem Aesbe, não seria nada.”

o sentimento de gratidão, de que eu estava levando algo que era necessidade daquelas pessoas. Quando coordenei o programa de saneamento do Ceará, também vivenciei isso. Pude assistir muito isso, porque era exatamente nos municípios e distritos do sertão cearense. O saneamento me causou uma paixão”, ressalta.

## **Experiência e capacidade de articulação, incluindo a política, são diferenciais da Aesbe**

[Dalmo Nogueira \(Sabesp\) - presidente da Aesbe de 03/04/2006 a 19/03/2007](#)

Segundo Dalmo Nogueira, na sua gestão, o Marco Legal foi um ponto central para tentar equacionar uma questão que era bastante complexa, principalmente para empresas estaduais de saneamento. “Estava vencendo o prazo de 30 anos da fundação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que estimulou a criação das empresas de saneamento. Então, isso trazia duas questões para as empresas: uma era a questão em si da concessão. Vão terminar os contratos de 30 anos, como vai se resolver a sobra dos contratos anteriores? E a outra questão, que afetava principalmente a atuação das empresas nas regiões metropolitanas: de quem era o poder concedente?”, discorre.

Ele, que também era presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), destaca que, em princípio, os municípios se assumiam como poder concedente, mas as empresas eram estaduais e não queriam depender apenas dos municípios. Ficava patente que, nas regiões metropolitanas, só empresas acima da

competência municipal tinham como captar, distribuir essa água numa região que envolvia vários municípios. “Em São Paulo, íamos buscar água em Minas Gerais para trazer para a região metropolitana. As represas para reservar água vêm de Minas. Trazia até uma segunda questão, do poder do governo federal na história. A questão jurídica era muito complexa e podia afetar o funcionamento da empresa”, diz.

Para ele, a Aesbe teve um papel central, pois foi possível discutir com todas as empresas. “Foi importante trabalharmos juntos pela nova lei de concessões que estava sendo feita. Na época, se falava que a Casa Civil estava preparando uma minuta do Marco Legal para o Saneamento”, recorda.

No caso da concessão, Nogueira cita que o tratamento foi feito com participação da Aesbe e de empresas, e saiu uma nova lei razoável, que atendia a interesses das empresas de saneamento.

Ele comenta que, no caso do Marco Legal, a política do PT era muito voltada para municípios e menos para os estados. Na época, o PT não tinha eleito nenhum governador e, do outro lado, tinha prefeitos em municípios médios e grandes. Eles tinham uma visão municipalista, tanto que, em São Paulo, a Marta Suplicy queria começar a cobrar da Sabesp, ter uma concessão que nunca tinha sido questionada. Quando eu fui presidente, fui obrigado a processar a Prefeitura de São Paulo. Era uma discussão complexa”, explica.

Ele complementa: “ficamos muito preocupados, e a Aesbe foi quem ajudou a unir essas empresas no Plano Federal. Na época, o secretário executivo, Marcos Thadeu Abicalil, foi muito impor-

tante, seja pelo conteúdo do trabalho, seja porque se articulava bem com todas as empresas. Alguns políticos ajudaram muito. O que se resolveu foi elaborarmos uma minuta do Marco Legal. E levamos para o senador César Borges, que tinha sido governador da Bahia e presidente da empresa de saneamento do estado. Ele aceitou apresentar nosso projeto pelo Senado. Na época, o presidente do Senado era Renan Calheiros. Enquanto presidente da Aesbe, pedi audiência e fui bem recebido. Era fundamental ter um Marco Legal e tentar resolver a coisa do poder concedente. No Brasil, não havia legislação específica”, destaca.



Foi importante trabalharmos juntos pela nova lei de concessões que estava sendo feita. Na época, se falava que a Casa Civil estava preparando uma minuta do Marco Legal para o Saneamento.”

Ele informa que foi aprovado no Senado o projeto do César Borges, e isso parou a possibilidade de aprovação no Congresso do projeto da Casa Civil. “Foi possível fazer um acordo. A Aesbe acei-

## REPORTAGEM DE CAPA

tou sugestões da Casa Civil, e acabou sendo aprovado o projeto que a associação tinha apresentado, o que se transformou nesta lei”, informa. “Eu já tinha terminado meu mandato em São Paulo, mas acompanhei. A lei que saiu atendia à questão de saneamento, era bem mais adequada e impedia colocar no plano municipal o poder concedente. Tem que ter colaboração de estados e municípios. A proposta era ter essa colaboração no Marco Legal”, frisa.

Nogueira comenta que está se discutindo agora uma nova lei, que para ele parece adequada. “A questão maior para o saneamento ainda é, basicamente, os políticos tirarem da cabeça que obra en-

terrada não dá voto, colocar como prioridade absoluta no Brasil o saneamento. Parece que essa consciência é cada vez mais forte, e a legislação que pode vir pode ajudar nisso”, pontua.

Ele atenta que há uma tendência a privatizar em parte as empresas de saneamento. “Acho que aí tem uma questão importante que precisa ser discutida. O que é importante é o poder público, o governo, os municípios assumirem pra valer a política de saneamento. Não pode deixar na mão de uma empresa a elaboração de política pública. E criar mecanismos de controle de empresas, para que atendam políticas. Em princípio, é possível conseguir esse balanço:

executar o trabalho de produzir e distribuir água e coletar esgoto”, orienta.

Para ele, é fundamental ter agências reguladoras e fiscalizadoras do saneamento, controlar essas empresas, se estão trabalhando no saneamento público, no interesse público. “A briga por ser ou não pública não resolve o problema, como no caso de empresas estaduais que são modelo. Desde que se consiga um mecanismo que evite interferências políticas inadequadas”, diz.

Nogueira considera o exemplo da Sabesp, a qual ele já presidiu, bem interessante. “Ela conseguiu, e é um dos orgulhos da minha gestão, ganhar o prêmio da Empresa 1000. Na comparação com



## Seminário Nacional Aesbe 39 anos promove debates sobre inovação, economia e sustentabilidade com participação de especialistas e autoridades do setor

Realização foi uma demonstração vívida da capacidade do Brasil de unir diferentes atores para enfrentar os desafios do saneamento

Para comemorar o aniversário da Aesbe, a entidade realizou, de 29 de novembro a 1º de dezembro, o Seminário Nacional Aesbe 39 anos, que transformou Brasília no epicentro do debate sobre o futuro do saneamento no Brasil. O evento anual reuniu especialistas e líderes do setor no maior centro de convenções da América Latina, com a presença de cerca de 250 participantes.

A cerimônia de abertura, realizada no dia 29, foi marcada pela participação de personalidades notáveis, incluindo Neuri Freitas, presidente da Aesbe e da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece); Ricardo Soavinski, vice-presidente da Aesbe e presidente da Saneamento de Goiás S/A (Saneago); Leonarco Picciani, secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Alexandre Motta, presidente interino da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Maurício Abijaodi, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); e Guilherme Calheiros, secretário de Desenvolvimento Social



999 empresas do Brasil, foi considerada a melhor empresa naquele ano de 2006. Era o Valor Econômico que dava, comparando empresas, públicas e privadas”, lembra.

E, na sua visão, a Aesbe vai continuar tendo papel importante. “A entidade tem tudo para representar empresas em geral. É fundamental ter uma instituição com experiência e capacidade de articulação política”, menciona.

## **Grandes reivindicações, grandes conquistas**

**Abelardo de Oliveira Filho (Embasa) – Presidente da Aesbe de 30/11/2011 a 25/05/2012**

O período na gestão de Abelardo de Oliveira Filho à frente da Aesbe, entre os anos 2011 e 2012, foi de grandes desafios para o setor de saneamento básico e para as Companhias de Água e Esgoto do País. “Além do Marco Regulatório, instituído pela Lei nº 11.445/2007, tivemos a Lei de Consórcios (Lei 11.107/2005), os Decretos Regulamentadores das respectivas Leis, o lançamento em 2011 do PAC II que colocava mais recursos para o setor, que já tinha sido implantada en-

tre 2007 -2010, com o PAC I. A instituição de uma política perene de alocação de recursos é uma antiga reivindicação da Aesbe e de todo o setor, o PAC veio nesse sentido com aplausos de todo o setor”, pontua.

Neste período, segundo Abelardo Filho, que também era presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), ocorreram muitos fatos novos e importantes no setor que as empresas precisavam se adaptar o mais depressa possível para o cumprimento das Leis que instituíram o Marco Regulatório, principalmente com a realização dos Contratos de Programa do fornecimento de informações ao SNIS e da implan-

e Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Mauricio Abijaodi, diretor-presidente da ANA, proferiu a palestra magna focando nas estratégias para a universalização do saneamento no Brasil. Ele discutiu a importância das normas de referência da ANA, destacando cinco regras em fase final de avaliação.

Neuri Freitas, presidente da Aesbe, destacou a importância da inovação no setor e a necessidade de políticas e legislações que reflitam a importância crítica do saneamento para a saúde pública. Ele enfatizou o papel ativo da Aesbe no cenário nacional e reforçou o compromisso com a universalização dos serviços de saneamento. Ricardo Soavinski, vice-presidente da Aesbe, expressou seu orgulho e entusiasmo pela trajetória da associação, destacando a importância da busca contínua pela excelência e universalização dos serviços de saneamento.

No total, o Seminário contou com 11 painéis de debates técnicos. Foram eles:

“Cenários macroeconômicos e saneamento básico”; “Agenda ESG no setor de saneamento”; “Alternativas de financiamento para a universalização do setor de saneamento”; “Pesquisa como instrumento para a universalização do saneamento”; “Espaço Enorsul: contratos de performance”; “Parcerias Público-Privadas (PPPs) como instrumentos para a universalização do saneamento”; “O Saneamento na pauta da COP30: debates urgentes”; “Soluções para a universalização do saneamento nas áreas rurais e periféricas”; “Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na visão das entidades”; e “As perspectivas da indústria da ciência e tecnologia no saneamento”.

Durante a cerimônia de encerramento do Seminário Nacional Aesbe 39 anos, a Aesbe lançou o Prêmio Nacional Universalizar, marcando um passo signifi-

cativo para a valorização de projetos inovadores no saneamento. O prêmio, uma iniciativa da Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa da entidade, destaca o trabalho das companhias estaduais de saneamento que impulsionam o setor com suas abordagens criativas e impactantes.

O Seminário Nacional Aesbe 39 anos foi uma demonstração vívida da capacidade do Brasil de unir diferentes atores para enfrentar os desafios do saneamento. Desde a perspectiva macroeconômica até as tecnologias inovadoras, o evento destacou a importância do diálogo e da colaboração para chegar à universalização do saneamento. Em meio a debates intensos e trocas de conhecimento, a realização ressaltou a necessidade de uma visão unificada para alcançar um futuro em que o saneamento básico seja um direito acessível a todos no Brasil.

# REPORTAGEM DE CAPA

tação dos Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico, de competência dos titulares dos serviços, além da necessária agilidade para a execução dos recursos disponibilizados ao setor.

“Para contribuir com as adaptações necessárias das nossas associadas com o novo momento foram implementadas várias ações da Aesbe. Para contribuir com as suas filiadas, com setor de saneamento básico e ao próprio Governo Federal foram realizadas diversas reuniões e ações com o ministro das Cidades, o secretário Nacional de Saneamento Ambiental e diretores da Secretaria, diretores Caixa e do BNDES, no sentido de desburocratizar o acesso aos recursos e sugestões de simplificar os procedimentos e prazos para a libe-

Conforme ele, outra reivindicação até hoje não aceita pelo Governo Federal é a instituição de um Programa de Revitalização das Companhias Públicas Estaduais de Saneamento Básico. “Várias dessas demandas foram atendidas pelo Ministério das Cidades a exemplo de uma MP que foi proposta estabelecendo novas regras para facilitar a liberação de verbas para o saneamento básico”, informa.

Uma das propostas, segundo Abelardo Filho, feitas na época ao Governo Federal, foi a necessidade de ser instituído o Fundo Nacional de Universalização Saneamento básico, nos moldes dos Fundos dos setores de energia, telefonia e transportes, bem como o subsídio à população



O entendimento da Aesbe, à época, era que em nenhum país do mundo os serviços foram universalizados sem um grande aporte de recursos do Tesouro. Nesse sentido, uma das reivindicações da associação era que os recursos do OGU fossem ampliados e que recursos do OGU não fossem liberados para empresas privadas.”

ração de novos recursos, a desoneração do PIS/COFINS e a solicitação para que o Ministério contribuísse com recursos técnicos e financeiros para que os titulares dos serviços pudessem elaborar os seus planos que eram fundamentais para firmar novos contratos de programa”, comenta.

de baixa renda. “O entendimento da Aesbe, à época, era que em nenhum país do mundo os serviços foram universalizados sem um grande aporte de recursos do Tesouro. Nesse sentido, uma das reivindicações da associação era que os recursos do OGU fossem ampliados e que recursos do OGU

não fossem liberados para empresas privadas”, conta.

Neste período, o executivo conta que o setor conviveu com cobranças injustificáveis do PIS/COFINS para um serviço essencial, direito do cidadão e dever do Estado, como o saneamento básico, tendo em vista que outros setores muito menos essenciais para a população tinham sido desonerados. “Portanto, fazia-se necessário que a Aesbe patrocinasse a reivindicação para a desoneração do PIS/COFINS para o setor de saneamento – até hoje o setor continua recolhendo valores relativos a essas contribuições federais”, salienta.

Com o objetivo de subsidiar o governo federal na tomada de decisão que, certamente, impactará positivamente todo o saneamento básico brasileiro, na época, ele acrescenta que a Aesbe contratou a elaboração de dois estudos com consultores renomados. Um deles foi elaborado pelo consultor econômico e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso, e o outro foi desenvolvido pela Fundação Instituto de Administração - FIA. “Ambos os documentos, fundamentam os cenários que propiciam a desoneração do PIS/COFINS e apresentam argumentações técnicas suficientes para que o governo federal tome a decisão mais acertada, com demonstração, por exemplo, do pequeno impacto econômico aos cofres públicos federais. Estudos do impacto dessa cobrança nas Companhias Estaduais e a necessidade da desoneração para que os recursos envolvidos

fossem utilizados para a universalização dos serviços”, explica.

Abelardo Filho informa que esses documentos foram entregues oficialmente em mãos dos Ministros das Cidades e da Fazenda com a realização de reuniões para discutir o teor dos documentos apresentados. “Apesar de todos os esforços que foram feitos à época e continuam sendo feitos, infelizmente, até hoje, o Governo Federal não foi sensível a esta importante reivindicação da Aesbe e não desonerou o setor, tampouco reduziu as alíquotas praticadas. O que é um absurdo, já que vários outros setores da economia não tão essenciais quanto o saneamento básico continuam sendo desonerados”, atenta.

Outra ação importante neste período, segundo ele, foi a entrega de documento contendo essas mesmas reivindicações históricas das companhias de saneamento e a discussão com os presenciáveis.

O ex-presidente da Aesbe comenta que, desde sempre, o setor de saneamento conviveu com um conflito histórico sobre a titularidade dos serviços de saneamento. “Para levar as nossas propostas que defendiam a titularidade compartilhada nas Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões e solicitar a agilidade na conclusão das ADI 1842-RJ e 2077-BA, fizemos visitas a vários Ministros do STF, principalmente ao Relator, Ministro Gilmar Mendes, reforçando a posição da Aesbe do exercício da titularidade compartilhada dos serviços entre os municípios e estados nestas regiões”, lembra. O resultado desse esforço foi

positivo, tendo em vista que o STF deliberou, em 2013, estabelecendo o novo regime jurídico-institucional das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões, que em 2015 foram consolidadas no Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015), também uma reivindicação da Aesbe.

Além disso, de acordo com Abelardo Filho, uma antiga reivindicação das associadas, que foi implementada na sua gestão, foi a mudança da sede da Associação, em 2011, para um local mais apropriado e que atendessem as demandas das associadas. “O novo local tinha espaço para abrigar as reuniões da associação (Diretoria e Comitês Técnico), que equacionou um problema recorrente: as dificuldades de agendamento de reuniões pela falta de local, além da economia gerada, a nova sede propiciava espaços para que os nossos associados pudessem utilizar o local e a estrutura implantada. Demonstrando a importância da Aesbe, estiveram presentes na sua inauguração o Ministro das Cidades, o Secretário de Saneamento Ambiental e seus diretores, representantes da Funasa e de várias entidades do setor”, destaca.

## Trabalhar em prol da universalização é assunto de interesse nacional

José Carlos Barbosa (Sanesul) – Presidente da Aesbe de 25/05/2012 à 14/03/2014

“Presidir a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) foi uma grande honra e reflexo do trabalho árduo que desenvolvemos em Mato Grosso do Sul, na época à frente da Empresa de Saneamento Básico do Mato Grosso do Sul (Sanesul), quando garantimos o investimento de mais de R\$ 1 bilhão para atender mais de 60% da população sul-mato-grossense com esgoto coletado e tratado, cujo trabalho reflete positivamente até hoje”, informa José Carlos Barbosa.

Segundo Barbosa, atual vice-governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de sua gestão à frente da Aesbe tiveram a oportunidade de sanear as finanças da entidade, formar grupos técnicos para tratar de temas importantíssimos, construindo manuais de procedimentos avançando expressivamente em temas como o combate a perdas de água, sendo vitoriosos na principal bandeira que abraçamos, a qual resultou na desoneração dos tributos do PIS e COFINS sobre o setor de saneamento, permitindo às companhias aplicar esses recursos em investimentos na busca pela universalização desses serviços essenciais à vida e à saúde.

Para ele, a Aesbe sempre foi a voz das companhias de saneamento estaduais e exerce um papel de extrema importância na vida dos brasileiros. “Trabalhar em prol da universalização é assunto de

interesse nacional, haja vista que o saneamento básico impacta diretamente na vida humana, seja na prevenção de doenças, redução da mortalidade infantil, melhorias nos índices de educação e empregabilidade, expansão do turismo, meio ambiente e principalmente na qualidade de vida”, ressalta.



Barbosa comenta que celebrar os 39 anos de existência da Aesbe é comemorar os avanços até aqui obtidos e manterem-se firmes nos desafios diários enfrentados pelas companhias estaduais de saneamento, que agregam mais de dois mil municípios brasileiros e 24 empresas associadas, na busca constante da sonhada universalidade.

“Parabéns, Aesbe, por mais um ano de vida e, sobretudo, por ser a grande interlocutora do saneamento básico nacional, batalhadora incansável na busca constante para elevar os indicadores de saúde e de qualidade de vida da nossa população. Fortalecer a Aesbe é fortalecer o saneamento, uma tarefa que pertence a todos nós. Tenho o maior orgulho de ter presidido uma entidade tão importante para o Brasil e para todos os brasileiros. Vida longa à nossa Aesbe!”, deseja José Carlos Barbosa.



Parabéns, Aesbe, por mais um ano de vida e, sobretudo, por ser a grande interlocutora do saneamento básico nacional, batalhadora incansável na busca constante para elevar os indicadores de saúde e de qualidade de vida da nossa população.”

## As estatais ocupam um lugar de destaque no saneamento do país

Roberto Cavalcanti Tavares (Compesa)  
– Presidente da Aesbe de 14/03/2014 a 30/07/2019

Para Roberto Cavalcanti Tavares, a Aesbe tem que continuar ocupando um lugar de destaque no saneamento brasileiro. “A grande mídia gosta, obviamente, de mostrar que tem novos leilões, que tem novos players. Mas estamos nisso há mais de 50 anos. As companhias estaduais estão nisso há mais de 50 anos. São responsáveis por tocar o saneamento em 75% do país. Os grandes contratos do setor privado têm como fonte as estatais, principalmente as parcerias público-privadas. Então, independente de como o arranjo do saneamento vai ficar nos próximos anos, as estatais continuarão ocupando um lugar de destaque no saneamento do país”, salienta.

Tavares, que era também presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), destaca que um ponto importante na época em que presidiu a Aesbe foi a sua grande capacidade de mobilização. Ele conta que existia um artigo que não tem nessa nova lei do saneamento, que era extremamente nocivo para o saneamento, uma vez que exigia que cada município, antes de fechar contrato com uma estatal, tinha que oferecer primeiro ao setor privado e, somente se não houvesse interesse, é que poderia contratar com o setor público. “A Aesbe cunhou, naquela época, uma frase que era a ‘separação do filé e do osso’, ou seja, fizemos uma campanha maciça,

dizendo que o Governo Federal naquele momento queria entregar o filé para o setor privado e o osso para as estatais. Isso teve uma repercussão muito grande com entrevistas em rádio, televisão e em jornais pelo Brasil inteiro. Isso foi um fator importante de gestão pela associação naquele momento da grande discussão com o Governo Federal”, relembra.

Outro fator importante no papel da Aesbe, destaca Tavares, é a capacidade de mobilização. “Conseguimos a assinatura de 24 governadores em dois momentos diferentes. Um momento ainda antes das eleições e um momento depois, quando já tínhamos tido as eleições, em 2018, e existiam governadores eleitos e governadores em mandato. Conseguimos duas



Fico satisfeito de ter tido o apoio dos nossos pares, de ter tido o apoio de todos os presidentes na condução dos trabalhos. Todos contribuíram bastante para que a Aesbe se fortalecesse e ocupasse um lugar de destaque na discussão do saneamento.

publicações importantes que fizeram com que as medidas provisórias daquela forma que estavam, que eram nocivas ao setor de saneamento, tivessem sido derubadas. E somente depois voltou na Lei 14.026, que foi modificado e ajustado. Com discussões, mas, sem dúvida nenhuma, foi um avanço para o que existia no setor”, frisa.

Roberto Cavalcanti Tavares finaliza dizendo que se sente muito honrado de ter presidido a Aesbe durante quase cinco anos. “Fico satisfeito de ter tido o apoio dos nossos pares, de ter tido o apoio de todos os presidentes na condução dos trabalhos. Todos contribuíram bastante para que a Aesbe se fortalecesse e ocupasse um lugar de destaque na discussão do saneamento. Acredito que a entidade continua em boas mãos. Mesmo com as últimas mudanças, com saídas de algumas companhias, mas nada que afete o trabalho da Aesbe, que, a meu ver, deve se fortalecer, levando-a a ser uma das lideranças na discussão do saneamento no Brasil”, ressalta.

Para ele, a Aesbe deve buscar as pautas conjuntas com outras entidades, mas sempre em defesa de um saneamento que seja inclusivo, que faça uso da economia de escala, regionalizado e que possa tirar o Brasil dessa situação que se encontra. “Esse cenário não é culpa das estatais, é culpa de uma engrenagem que dificulta que as ações de saneamento sejam efetivamente colocadas em prática”, alerta.

## Atuação para um prestar um bom serviço

Marcus Vinicius Fernandes Neves (Cagepa) - Presidente da Aesbe de julho/2019 a julho/2021

Presidente da Aesbe no período entre julho/2019 a julho/2021, Marcus Vinicius Fernandes Neves, atual presidente da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa), informa que durante a sua gestão foi conduzido todo o processo para ajustar e alterar a Lei 11.445. Segundo ele, na época, o presidente e secretário executivo, bem como a própria Diretoria e demais presidentes que compõem o colegiado da Aesbe, estiveram presentes em vários fóruns de discussão, audiências públicas trazendo ao congresso nacional, aos parlamentares, sejam eles do Senado ou da Câmara Federal, a visão de quem está operando na ponta e a visão das empresas públicas. “A ideia sempre foi a de contribuir para a construção de uma legislação que viesse a atender não um representante ou outro do segmento, mas atender o saneamento como um todo”, pontuou.

Dentro desse objetivo, a defesa que eles fizeram da Aesbe, junto aos parlamentares, foi que essa legislação viesse, em primeiro lugar, melhorar a condição do ordenamento jurídico, que permitisse trabalhar com a segurança jurídica necessária; trazer investimento e garantindo a continuidade das empresas que, efetivamente pudessem estar enquadradas no avanço desse processo.

Outro ponto importante apontado por Neves foi a construção de diálogos

e processos internos com os mais diferentes segmentos do Congresso Nacional. “Dialogamos tanto com a ala de parlamentares mais à esquerda, quanto com a mais ao centro e mais à direita, buscando sempre conciliar um interesse comum e buscando trazer também, no momento em que estávamos vivendo, no qual as empresas públicas estavam sendo colocadas como as culpadas por não terem avançado o saneamento do país. Diante disso, colocamos que as empresas públicas eram as grandes responsáveis por ter trazido o saneamento aonde nós chegamos naquele período”, esclarece.



Na realidade, Neves destaca que eles buscavam construir um processo de consenso. “Defendíamos que não poderíamos simplesmente colocar um modelo único num país com viés de natureza privatista, porque o Brasil era multifacetado, tinha empresas extremamente eficientes, com capacidade universalizada em vários municípios atendidos por empresas públicas. Sendo assim, uma lei não poderia se pautar para atender um ou outro setor, uma ou outra categoria, e sim uma catego-

ria como um todo, que é o saneamento do país. Esse foi o sentido da nossa defesa e discussão, participando dessas audiências públicas, dos fóruns de discussão, na articulação com diversos atores desses processos. Vale ressaltar que tivemos uma série de parlamentares que somaram a essa discussão pelo bem maior do saneamento, com o intuito de criar um ambiente para o diálogo fluir da melhor forma possível”, comenta.

Além disso, o executivo destaca que houve discussões com governadores de diversos estados, tanto os envolvidos pelo consórcio do Nordeste, quanto os



Defendíamos que não poderíamos simplesmente colocar um modelo único num país com viés de natureza privatista, porque o Brasil era multifacetado, tinha empresas extremamente eficientes, com capacidade universalizada em vários municípios atendidos por empresas públicas.

governadores de Goiás, da Bahia, da Paraíba, do Ceará, do Amazonas, de Santa Catarina, do Paraná, todos imbuídos em trazer a discussão em prol do saneamento para outro patamar, que

permitisse a continuidade das empresas públicas. “O objetivo era construir um arranjo que permitisse às empresas públicas ter a sua continuidade, que ela regularizasse os contratos e seus pontos de atuação”, expõe.

Segundo conta Neves, foi fechado um acordo nesse sentido, mas que foi pontuado por uma prática não corriqueira, inclusive, que desrespeitou o que foi discutido no parlamento com a presença do próprio executivo da época, no Ministério da Economia. “Esse acordo não foi honrado nem pelo Ministério da Economia, que discutiu com todos os parlamentares, para que essa lei pudesse entrar em vigor, indicando ao Governo Federal o veto ao artigo 16, que impedia as empresas de firmar contrato em programa. Isso foi um subterfúgio, inclusive reprovável, constando na fala de vários dos parlamentares que efetivamente trabalharam contra esse veto, mas, infelizmente, à época nós, da Aesbe, e demais entidades presentes, não conseguimos os números de parlamentares para poder derrubar o veto do Governo Federal”, expressou.

Sobre o legado do seu mandato como presidente da Aesbe, Marcus Vinicius Fernandes Neves lembra que boa parte dele foi durante a fase mais crítica da pandemia de covid-19. “Vivenciamos, dentro da Aesbe, toda uma articulação à distância, para o acompanhamento das ações, mas também de preservação da vida dos colegas e da manutenção da operação dos serviços, num momento em que, cada vez mais, a água e saneamento básico eram imprescindíveis para a população, com as pessoas ficando em

casa, consumindo mais água e mudando o perfil das cidades”, citou.

Esse período envolveu todo um conjunto de ações para atender questões que envolviam as equipes de manutenção da rua com a vigência dos lockdowns e a arrecadação das empresas. “Esse período pandêmico exigiu uma forte articulação nossa junto ao Governo Federal, aos municípios e estados para a construção das melhores práticas que pudessem ser implementadas. Não deixamos de ter a Aesbe dando todo suporte apesar da distância. Não deixamos de editar a Revista Sanear, ou seja, continuamos com as atividades correndo, trabalhando em prol do saneamento, discutindo mesmo a distância com o Congresso Nacional, acompanhando o andamento da nova legislação do saneamento, cuja lei foi votada no meio da pandemia e alterou todo o regime do saneamento básico nacional”, ressaltou.

Para ele, foi um período que juntou todas as dificuldades em uma só, mas a Aesbe administrou as demandas do setor fazendo a compilação de informações, dando orientações, comandando as tratativas, fossem de natureza administrativa, jurídicas ou sociais. “Atuamos também nas esferas judiciais, contratando escritório de advocacia para discutir os sistemas e orientar as empresas para passarem por esse momento que foi tão difícil durante a pandemia”, observou.

Como ponto focal do trabalho da Aesbe ao longo dos anos, Marcus Neves ressalta, primeiramente, a importância da entidade dentro de todo o contexto do saneamento. “A asso-

ciação ganha força quando ela traz a discussão para um debate muito mais técnico, com um olhar mais holístico do sistema como um todo. A experiência da Aesbe tem muito a contribuir para o saneamento, para construção do saneamento que avança a cada dia”, aponta.

Na sua concepção, a visão atual da Aesbe é muito mais de somar-se a um grande esforço nacional. “Considero que um grande legado que podemos construir é o de que precisamos desenvolver exatamente a visão de que, independentemente de sermos públicos ou privados, temos que prestar um bom serviço. A Aesbe, nesse contexto, contribui muito com suas Câmaras Técnicas para melhoria da eficiência, na parte de inovação e em outras áreas. Temos muito a contribuir para avançarmos nesse processo do saneamento, com a visão de que temos que atuar com um olhar holístico que envolve o setor público, o setor privado, recursos públicos, recursos privados e as três esferas de governos: estadual, municipal e federal”, conclui.

# REPORTAGEM DE CAPA

## “Universalizar é Nossa Missão”

Neuri Freitas (Cagece) - Presidente da Aesbe desde agosto/2019 até o momento

“Nesses 39 anos de atuação, a Aesbe tem se fortalecido no cenário nacional, o que é motivo de orgulho para todos que compõe a associação. Ao todo, representamos mais de dois mil municípios brasileiros e contamos com a participação de 24 empresas. Nos últimos anos, vivemos momentos desafiadores e de muito trabalho de toda a Diretoria, das Câmaras Técnicas e dos colaboradores da Aesbe. Sem dúvidas, a união das Companhias de Saneamento foi a chave para superarmos, de mãos dadas, uma série de dificuldades. Reafirmamos o papel desta associação expresso na frase Universalizar é nossa missão”, destaca Neuri.

De acordo com o atual presidente, a Aesbe tem trabalhado junto ao Poder Público para impulsionar políticas públicas que promovam uma maior eficiência e aprimoramento das empresas estaduais, e que, ao mesmo tempo, estimulem a universalização dos serviços de saneamento. “O trabalho desenvolvido tem compromisso sólido com o progresso e o bem-estar de toda a população, para que tenham acesso a condições dignas de saneamento”, afirma.

No atual Governo Federal, Freitas ressalta que a Aesbe teve papel determinante na representação dos anseios das Companhias e da população. “Boa parte das proposições apresentadas pela entidade foi acatada e inserida nos decretos 11.466/23 e 11.467/23, publicados pelo Governo Federal em abril de 2023. Mes-



mo que tenham sido publicados outros decretos posteriormente, isto demonstra o protagonismo da Aesbe”, frisa.

Neuri também destaca a aproximação com os parlamentares, com a realização de diversas reuniões com deputados federais e senadores para tratar sobre assuntos importantes e urgentes para o setor, com o exemplo da Reforma Tributária.

Ainda nos trabalhos desenvolvidos na gestão de Neuri Freitas e toda a Diretoria, ele enfatiza que é possível pontuar a criação da Série Universalizar. “É uma coleção de publicações feitas pela Aesbe que reafirma seu compromisso com a promoção de avanços significativos no setor de saneamento básico. A Série Universalizar é uma biblioteca virtual que destaca os estudos e demais publicações da entidade, reforçando a importância da pesquisa como mecanismo para a universalização”, diz.

Neuri Freitas destaca que a Aesbe tem como foco um trabalho colaborativo, focado em construir um futuro susten-

tável para o setor de saneamento no Brasil. “Buscamos uma relação sustentável, através de parcerias público-público e público-privadas, as PPPs, que historicamente já fazem parte das agendas das nossas associadas – principalmente desde a Lei nº 11.445 de 2007, unindo esforços para a universalização e, principalmente, na prestação de um serviço de excelência do Caburai ao Chuf”.

O atual presidente da Aesbe conclui afirmando que a atual Diretoria da entidade continuará a trabalhar para fortalecer ainda mais o protagonismo da Aesbe no cenário do saneamento, assumindo com determinação a responsabilidade de impulsionar o progresso e enfrentar os obstáculos que se delineiam no horizonte do setor nos próximos anos.





## Aesbe lança Prêmio Nacional Universalizar para reconhecer projetos e iniciativas das companhias associadas

Reconhecimento destaca a importância de soluções criativas e eficientes no enfrentamento dos desafios do saneamento, incentivando uma competição saudável e produtiva entre as empresas. Inscrições serão abertas em março de 2024

**D**urante a cerimônia de encerramento do Seminário Nacional Aesbe 39 anos, realizado em Brasília (DF), de 29 de novembro a 1º de dezembro, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) lançou o Prêmio Nacional Universalizar. Esta premiação, uma iniciativa da Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa (CTCI) da entidade, tem o objetivo de reconhecer e homenagear as companhias estaduais de saneamento que se destacaram por seus projetos inovadores e de impacto significativo no setor.

O lançamento do Prêmio Universalizar foi feito pela gerente de Comunicação da Aesbe, Rhayana Araújo; pelo coordenador da CTCI, Leonardo Costa; e pelo secretário da CTCI, Pau-

lo Freire. A premiação visa reconhecer e incentivar projetos inovadores e de excelência das companhias associadas à entidade. O prêmio terá sua execução no ano de 2024 e terá cinco categorias.

Este prêmio destaca a importância de soluções criativas e eficientes no enfrentamento dos desafios do saneamento, incentivando uma competição saudável e produtiva entre as empresas. Além disso, reforça o compromisso com a qualidade de vida e a saúde pública, pois projetos inovadores em saneamento têm um impacto direto no bem-estar das comunidades. Assim, a premiação celebra as conquistas atuais pavimentando o caminho para futuras inovações e melhorias no setor de saneamento em todo o país.

# PRÊMIO UNIVERSALIZAR



## AValiação

A avaliação dos projetos será realizada por coordenadores(as) e secretários(as) das Câmaras Técnicas (CTs) da Aesbe e por especialistas do setor. Cada categoria ficará associada às CTs que estejam mais vinculadas à temática. O período de avaliação será do dia 29 de julho de 2024 até 31 de outubro de 2024.

Os critérios de avaliação serão os seguintes:

**Relevância do projeto para o setor de saneamento básico:** o projeto deve apresentar um impacto positivo para o setor de saneamento básico, contribuindo para a melhoria da qualidade da água, a redução das perdas de água, a promoção da educação ambiental, a inclusão social ou a inovação no setor.

**Impacto positivo do projeto:** o projeto deve apresentar um impacto positivo para a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

**Originalidade e inovação do projeto:** o projeto deve apresentar um grau de originalidade e inovação que o diferencie de outros projetos similares.

**Viabilidade técnica e econômica do projeto:** o projeto deve ser tecnicamente viável e economicamente sustentável.

**Replicabilidade do projeto:** o projeto deve ser replicável em outras localidades.

## INSCRIÇÕES

As inscrições podem ser realizadas do dia 11 de março de 2024 até o dia 26 de julho de 2024, por meio de formulário disponibilizado no site da Aesbe.

**A inscrição é gratuita.**

Para participar, os projetos devem atender aos seguintes requisitos:

- ✓ Serem desenvolvidos por profissionais de empresas associadas à Aesbe;
- ✓ Estar em operação ou em fase de implantação no momento da inscrição.



# A Unipar faz a química acontecer!

Fundada em 1969, a Unipar é líder na produção de Cloro e Soda e a segunda maior produtora de PVC na América do Sul. Somos uma empresa de origem brasileira com cerca de 1.400 colaboradores, atuando no fornecimento de matérias-primas básicas e essenciais para diversos segmentos, dentre eles, o SANEAMENTO BÁSICO.

Um dos objetivos da Companhia é ser referência em saneamento, e hoje, praticamente um terço da produção já está direcionado ao setor. Investimos na ampliação de capacidade produtiva e na inovação tecnológica dos processos para sermos confiáveis nas nossas relações e assegurarmos o fornecimento de produtos com alto padrão de qualidade.

Na diretriz de sustentabilidade, o desenvolvimento humano está entre os destaques. Com investimentos em projetos de educação, cultura, esportes e ações sociais, queremos acelerar o acesso à água limpa e o cumprimento das metas de universalização do saneamento, impactando positivamente o número de pessoas atendidas com ações diretas da Unipar.



@grupounipar  
unipar.com

Unipar



**Leonardo Costa,**  
coordenador da  
Câmara Técnica  
de Comunicação e  
Imprensa



**Paulo Freire,**  
secretário da  
Câmara Técnica  
de Comunicação e  
Imprensa

## Prêmio Nacional Universalizar marca atuação da Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa da Aesbe

*Iniciativa da CTCI visa reconhecer a excelência e  
inovação no setor de saneamento*

**E**m um marco para o setor de saneamento, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) realizou o lançamento do Prêmio Nacional Universalizar, no dia 1º de dezembro de 2023, durante o encerramento do Seminário Nacional Aesbe 39 Anos. A iniciativa foi pensada e estruturada pela Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa (CTCI) da entidade, com o propósito de reconhecer e premiar as companhias de saneamento associadas à Aesbe que demonstraram excelência por meio de seus projetos inovadores e impactantes.

A criação do Prêmio Nacional Universalizar é um reconhecimento à inovação, ao impacto significativo das companhias de saneamento e um incentivo para o avanço contínuo e sustentável do setor. Este prêmio destaca a importância de soluções criativas e eficientes no enfrentamento dos desafios do saneamento, incentivando uma competição saudável e produtiva entre as empresas. Além disso, reforça o compromisso com a qualidade de vida e a saúde pública, pois projetos inovadores em saneamento têm um impacto direto no bem-estar das comunidades. Assim, a premiação celebra as conquistas atuais pavimentando o caminho para futuras inova-

ções e melhorias no setor de saneamento em todo o país.

O coordenador da CTCI, Leonardo Costa, comenta a importância estratégica do prêmio em promover e reconhecer iniciativas de sucesso no setor de saneamento e sua capacidade de ampliar a visibilidade do setor para além de suas fronteiras habituais, contribuindo para a saúde, a qualidade de vida da população e a preservação ambiental.

“Ressalto que este prêmio é um produto estratégico pensado pela nossa câmara técnica não apenas para fomentar, valorizar e reconhecer os projetos e iniciativas exitosas que temos no setor de saneamento, mas também é uma iniciativa que vai proporcionar uma maior visibilidade para além do próprio setor, gerando pautas e disseminando conteúdos sob olhar do compromisso efetivo que temos com a saúde e qualidade de vida da população, e também para a preservação ambiental”, salienta.

De acordo com Leonardo, é necessário expandir a comunicação sobre saneamento, envolver a sociedade e o poder público e privado para torná-lo um tema central e reconhecido por sua importância básica e essencial.

“Fazer comunicação para o saneamento não é tarefa fácil, e um dos pontos impor-



Este prêmio é um produto estratégico pensado pela nossa câmara técnica não apenas para fomentar, valorizar e reconhecer os projetos e iniciativas exitosas que temos no setor de saneamento, mas também é uma iniciativa que vai proporcionar uma maior visibilidade para além do próprio setor.

tantes que quero colocar aqui é que precisamos parar de falar apenas para nós mesmos. Precisamos levar a nossa voz e construir uma agenda propositiva – e de diálogo – direto com a sociedade civil organizada, o poder público e privado, as entidades representativas e a população em geral. O saneamento precisa estar na pauta do dia porque é um tema básico e essencial. E a comunicação pode ser um instrumento poderoso para contribuir nesse processo”, pontua.

Paulo Freire, secretário da CTCI, enfatiza a importância do prêmio. “O Prêmio Nacional Universalizar é um produto da CTCI, desenvolvido ao longo do ano de 2023. Ele simboliza a grande entrega da Câmara Técnica para 2024, integrando as principais câmaras técnicas para a avaliação do prêmio. O objetivo é prestigiar as companhias com projetos inovadores e impactantes no setor, marcando os quase 40 anos da associação”, reitera.

A atuação da Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa da entidade reforça a importância do diálogo, da troca de conhecimentos e da colaboração no setor de saneamento. A CTCI, como um motor de inovação e comunicação, desempenha um papel fundamental ao aproximar diversos atores do setor, fomentando discussões e ideias que transcendem as fronteiras tradicionais do saneamento. O Prêmio Nacional Universalizar simboliza esta sinergia, transformando-a em reconhecimento tangível e incentivando um contínuo progresso em direção à excelência no setor.

Com o lançamento do Prêmio Nacional Universalizar, a Aesbe reitera seu compromisso com a busca pela excelência e a inovação no setor. Este prêmio é uma homenagem aos profissionais dedicados que trabalham incansavelmente para melhorar a qualidade de vida em todo o país, reforçando a importância de suas contribuições para o desenvolvimento sustentável e o saneamento nacional.

# Batista: imparável na prestação de serviço de abastecimento ao Rio Grande do Norte



Imparável. É assim que os colegas de trabalho definem o técnico de saneamento João Batista Cortez, que trabalha na Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) há 46 anos. O documento do RG revela seus 72 anos de idade, o que significa que daqui a três anos Batista precisará se aposentar, mas ele revela que ainda não quer nem pensar em diminuir o ritmo.

“Perguntaram se não seria melhor eu ficar trabalhando numa sala, mas eu gosto é da rua, de ir em cada canto da cidade realizar as manobras necessárias para fazer a água chegar às torneiras de cada imóvel da cidade”, conta Batista, que revela que só vai desacelerar quando estiver faltando um ano para sua aposentadoria.

“Nesta reta final, vou passar metade do dia em trabalho interno e tentar me acostumar com a ideia de não estar todos os dias na rua, de ter que deixar essa empresa que tanto amo, que é minha segunda casa”, diz o profissional.

A equipe de manobras onde o técnico trabalha atualmente já brinca que, quando esse dia chegar, imagina o colega comprando uma bicicleta para pedalar pela cidade do Natal-RN, identificando onde precisa de ajustes no abastecimento para logo acionar a equipe. A esposa e as duas filhas de Batista também sabem que não será tarefa fácil mantê-lo longe da empresa.

“Todos sabem bem que eu não consigo ficar parado. Até quando estou passeando com minha família é assim. Dia desses estava indo ao shopping com

minha filha e parei o carro no meio do caminho para verificar o motor e a pressão de um de nossos poços. Esse sou eu”, conta o técnico.

João Batista concluiu o curso de técnico em saneamento na Escola Técnica do Rio Grande do Rio Grande do Norte (atual IFRN), fez dois anos de estágio na Caern e logo em seguida iniciou sua trajetória profissional na Companhia, em 1977, onde seu pai, seu Ladislau Dantas Cortez, já trabalhava. “Desde criança eu visitava o trabalho do meu pai, que era operador de bombas da Estação Elevatória no Centro Administrativo, e já sonhava em trabalhar nessa empresa, ajudando a levar água para as casas das pessoas”, recorda-se.

Batista cresceu, realizou seu sonho e hoje possui um conhecimento





invejável sobre a distribuição de água em toda a capital potiguar. Conhece inúmeras ruas e as redes de cor, o que contrasta com sua humildade para falar de sua competência. Ao falar de si, fala de outros por quem tem gratidão. E são tantos nomes, que é melhor nem listar e arriscar esquecer alguém.

### **“Veste a camisa”**

O trabalho na rua, sol a sol, monitorando a situação de toda a rede de abastecimento, planejando manobras, comunicando vazamentos, é cansativo. Mas Batista não demonstra tédio ou indisposição. Dia a dia está lá, firme e forte, buscando prestar o melhor serviço. Carismático, se ouve alguma reclamação de clientes na rua, responde educadamente, dá um prazo, se

preocupa em deixar o cliente satisfeito. É como se diz por aí: “veste a camisa” ou “nasceu para isso”.

A transparência de Batista é legítima e sem buscar nada para si. Testemunha ocular de grandes histórias em que empregados da empresa foram verdadeiros heróis (como dois momentos de grandes secas na capital), ele escreve um novo capítulo de muito trabalho e comprometimento diário. “Para essas pessoas, não precisa pagar em dinheiro, apenas reconhecer”, comenta com a tranquilidade de quem diariamente cumpre seu papel social. E se tem problemas para a execução do serviço, como falta de material, ele não deixa passar, procura os caminhos possíveis, sempre ético, para resolver a situação, com um otimismo peculiar.

# Pará lidera debates para a COP-30 em meio a mudanças climáticas extremas no país

Belém receberá em 2025 o mais importante evento ambiental do planeta, que reunirá destacados especialistas e líderes mundiais em plena Região Amazônica

Os efeitos das mudanças climáticas já são sentidos na pele em todo o mundo, vide eventos extremos, como as ondas de calor que têm se tornado comuns no Brasil. Em meio à seca no Norte e Nordeste e abundância de tempestades no Sul, o país se prepara para discutir o tema na Conferência da ONU (COP-30), marcada para 2025, em Belém, no Pará.

O estado será sede do mais importante evento ambiental do planeta, que reunirá destacados especialistas e líderes mundiais em plena Região Amazônica, local mais que estratégico para a preservação ambiental. O objetivo é pelo menos reduzir os impactos no clima e na segurança hídrica, promovendo diálogo e colaboração internacional.

Com foco em contribuir para essas proposições, a Companhia de Saneamento

do Pará (Cosanpa) lidera os debates dentro da Aesbe em relação à pauta. A empresa vem atuando em projetos inovadores para maior acesso e qualidade dos serviços de distribuição de água. No projeto Prodesan Pará, por exemplo, a economia circular é o mecanismo para transformar em energia elétrica o biogás gerado no tratamento do lixo.



“A Cosanpa está comprometida em levar saneamento a todos os cantos do

Pará. Com projetos como o Prodesan Pará e a Economia Circular, buscamos não apenas atender metas, mas também definir um padrão de excelência”, afirma a diretora de Gestão e Logística da empresa, Anadelia Aguiar.

Com a aproximação do prazo para a universalização do saneamento no Brasil – até 2033, a COP-30 chega para ajudar na construção de um imaginário coletivo que impulse uma transformação na forma como os recursos naturais são explorados. Segundo Aguiar, o evento é a chance de mostrar ao mundo o comprometimento da Companhia e do país em cumprir com a meta.

### **Sensibilizar para tornar o mundo sadio de novo**

A Aesbe e a Cosanpa contam com um reforço muito importante neste proces-



so. Para estimular a conscientização das empresas de saneamento até a COP-30, o consultor em Educação Ambiental John Emílio Garcia Tatton preparou um projeto dinâmico e colaborativo.

A experiência e o vasto currículo de Tatton são fatores-chave para sensibilizar as companhias, mostrando por que o desenvolvimento não sustentável das cidades afeta o meio ambiente e impacta a saúde pública, que está diretamente relacionada ao saneamento.



Os 40 anos de trabalho na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e mais de uma década lecionando na FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado dão credenciais ao professor para dizer categoricamente que as empresas não têm mais como finalidade o saneamento básico, mas o saneamento ambiental.

“Temos a maior bacia hidrográfica do planeta, no Amazonas, e estamos sem água para beber. Sanear é tornar sadio e, se o meio ambiente está doente, o papel do saneamento é entender este processo todo e agir”, explica.

Por isso, o projeto em conjunto com a Aesbe prevê três momentos com todas as 24 empresas de saneamento do Brasil antes da COP-30. No primeiro, entre janeiro e agosto de 2024, Tatton fará palestras à alta administração e realizará um workshop com o corpo técnico e de comunicação.

No segundo semestre, reuniões online com cada uma das companhias ajudará a concatenar os aprendizados e trazer bons exemplos de cada estado. De novembro até maio do ano seguinte, seminários serão realizados a fim de sedimentar as discussões e levar à proposição de projetos e soluções. Só então, em novembro de 2025, Belém abrirá a COP-30 com a esperança de um mundo melhor.

# Aesbe participa de delegação brasileira em missão internacional de saneamento na Holanda

*Iniciativa bilateral fortalece cooperação e troca de conhecimento entre Brasil e Holanda no setor de saneamento*

**E**m novembro de 2023, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) participou de uma missão internacional na Holanda, marcando um avanço significativo na busca por soluções inovadoras e sustentáveis no setor de saneamento. A missão reuniu líderes e empresas brasileiras de destaque, oferecendo uma oportunidade de intercâmbio tecnológico e aprofundamento de conhecimentos com a Holanda, país renomado por sua expertise no setor de água. O principal objetivo da missão foi promover um contato direto entre as empresas brasileiras e os especialistas, pesquisadores, empreendedores e autoridades holandesas, visando uma aproximação com as últimas inovações em saneamento.

A missão contou com a presença de 11 organizações, incluindo as companhias de saneamento associadas à Aesbe: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (Cagepa), Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), Companhia Estadual de Águas e Esgotos do rio de Janeiro (Cedae) e Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embas). Além da participação de organizações par-

ceiras, como: Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e Fundação Vanzolini. A missão buscou inspirar as organizações brasileiras com as soluções mais recentes em diversos segmentos do setor.

A recente missão brasileira de saneamento à Holanda, realizada em parceria com empresas líderes no setor, contou com o apoio dos Ministérios de Relações Exteriores do Reino dos Países Baixos e do Brasil, além da colaboração da Water Alliance. A embaixada holandesa desempenhou um papel fundamental na organização do evento, facilitando logísticas como transporte, acesso a eventos e espaços para discussões.

O presidente da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) e ex-presidente da Aesbe, Marcus Vinicius Fernandes Neves, participou da missão. “Tivemos a nobre oportunidade de compor a missão do Consulado Holandês, construída com muito esmero pela Aesbe, onde compartilhamos com outras empresas do Brasil e do mundo experiências e saberes. Participamos da maior feira de saneamento e inovação no segmento da Europa”, diz.

De acordo com Marcus Vinicius, os participantes tiveram acesso a vários pro-



*O presidente da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) e ex-presidente da Aesbe, Marcus Vinicius Fernandes Neves, participou da missão.*

membranas de ultrafiltração são um dos exemplos do que vimos por lá”, enfatiza o presidente da Cagepa.

Na Holanda, os participantes também tiveram contato com startups que atuam no setor de saneamento e foram na universidade NHL Steden para compreender os estudos, o desenvolvimento de novas tecnologias, as visões sustentáveis e todo esse ecossistema atual do saneamento. “Visitas como esta são muito importantes, pois nos deixam antenados com o que acontece fronteiras afora e nos suscita várias ideias para implementar na Cagepa. Essa união entre sociedade, empresas e instituições de ensino é muito importante para nosso setor”, frisou.

Marcus Vinicius ressalta que a Cagepa já possui resultados práticos da incursão na Holanda. “Além de todo conhecimento



Fuad Moura Guimarães, secretário da Câmara Técnica de Inovação (CTI) da Aesbe e superintendente de Projetos Especiais e Novos Negócios da Caesb

e projetos que surgem a partir dessa nova visão do mercado, estamos avançando na parceria com algumas empresas das quais fizemos contato durante a missão. A Solac, que trabalha na produção de água através da umidade do ar, está com um protótipo para trazer para o segundo semestre ao país, e estamos atuando para vir a Paraíba. Já iniciamos os estudos para levar esta tecnologia para área de comunidades rurais paraibanas”, enfatiza.

Concluindo, Marcus Vinicius frisa que foi uma missão muito proveitosa para todos. “Fico muito agradecido à Aesbe pela iniciativa e tenho certeza de que geraremos muitos frutos a partir desta missão. Pretendemos levar também nossas tecnologias e estudos para outros países, através de parcerias como estas, sempre levando nossos parceiros locais. É uma condição da Cagepa poder levar nomes da UFPB e UFCG para fazer um intercâmbio de ideias e inovações”, conclui.

Durante a missão internacional, Fuad Moura Guimarães, secretário da Câmara Técnica de Inovação (CTI) da Aesbe e superintendente de Projetos Especiais e Novos Negócios da Caesb, desempenhou um papel fundamental ao conduzir uma apresentação institucional da Aesbe para uma audiência distinta. A delegação compreendia membros do governo holandês, representantes de empresas do setor de saneamento da Holanda, e profissionais encarregados de pesquisa e desenvolvimento

nas principais universidades holandesas, além de integrantes brasileiros.

Na apresentação, Fuad Moura forneceu uma visão detalhada sobre a estrutura e missão da Aesbe, enfatizando a relevância e o trabalho das suas associadas. Ele destacou a Série Universalizar da associação, um marco importante na trajetória da entidade, ilustrando o compromisso contínuo com a universalização e a melhoria dos serviços de saneamento.

Durante a missão, um dos principais objetivos foi estabelecer um contato direto entre as empresas brasileiras de saneamento e a Acquatech, além de promover visitas técnicas focadas em prioridades nacionais, como biogás, sistemas descentralizados, Nereda e dessalinização. A agenda também incluiu uma visita ao Water Campus Leeuwarden, um centro internacional de referência, proporcionando uma rica experiência de aprendizado e troca de conhecimento. As atividades variadas e enriquecedoras da missão abrangeram a participação na feira Aquatech 2023, sessões de matchmaking com empresas de tecnologia de saneamento, workshops de benchmarking com autoridades neerlandesas em saneamento, visitas técnicas ao WaterCampus em Leeuwarden e em Estações de Tratamento de Água e Esgoto, além de discussões sobre a agenda bilateral de pesquisa e inovação. Esta missão representou uma oportunidade valiosa para as companhias brasileiras de saneamento se

aproximarem das soluções mais inovadoras do segmento, incluindo recuperação de nutrientes, sistemas descentralizados de tratamento, produção e utilização de biogás, e tecnologias para perdas de água e tratamento de águas residuais.

Além disso, a missão focou em tecnologias sustentáveis e eficientes, como sistemas LGA e estratégias para mitigar perdas de água, abordando também a digitalização do setor. A liderança dos Países Baixos em soluções tecnológicas para o saneamento foi um destaque, com instituições como o Water Campus em Leeuwarden, exemplificando a vanguarda holandesa no setor. As visitas a diferentes plantas de tratamento de água e esgoto, bem como a institutos de pesquisa como Wetsus e Water Alliance, foram fundamentais para o intercâmbio de conhecimento. A missão holandesa foi um marco na integração de tecnologias inovadoras e práticas sustentáveis no saneamento brasileiro, abrindo caminhos para futuras parcerias estratégicas e avanços tecnológicos no setor.

## Inovação e parceria estratégica no saneamento

A participação da Aesbe na missão holandesa ressalta a sua importância estratégica não só para o Brasil, mas para o cenário internacional de saneamento. A Holanda, com sua reconhecida expertise e tradição em soluções tecnológicas para a água, foi instrumental no sucesso da missão, especialmente por meio de organizações de pesquisa e desenvolvimento como o WaterCampus em Leeuwarden. Este intercâmbio fortaleceu as relações bilaterais e abriu portas para o desenvolvimento conjunto de inovações no setor. Além de encorajar a continuidade do diálogo e da colaboração entre as empresas brasileiras e holandesas, a missão marcou um avanço significativo na cooperação internacional para o saneamento. A experiência e o conhecimento compartilhados nesta jornada são cruciais para impulsionar o desenvolvimento tecnológico e melhorar a eficiência no tratamento e gestão de água e esgoto no Brasil, trazendo práticas inovadoras e sustentáveis que prometem transformar o saneamento nacional.



## Maior da história da ABAR: confira a cobertura do XIII Congresso Brasileiro de Regulação



Cumprindo a meta de sempre superar os números da edição anterior, o **XIII Congresso Brasileiro de Regulação** bateu recordes. Realizado entre 18 e 20 de outubro, no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo, o evento entrou na história, com mais de 1,6 mil participantes, e se consolidou como o maior da América Latina.

[Assista ao vídeo teaser do Congresso](#)



### Redes Sociais ABAR

- [facebook.com/abarregulacao](https://facebook.com/abarregulacao)
- [instagram.com/abar.regulacao](https://instagram.com/abar.regulacao)
- [youtube.com/abarregulacao](https://youtube.com/abarregulacao)
- [twitter.com/abarregulacao](https://twitter.com/abarregulacao)
- [linkedin.com/company/abarregulacao](https://linkedin.com/company/abarregulacao)

Quer receber as principais notícias, eventos, informações de cursos, lives e webinars direto no seu e-mail?

Acesse [www.abar.org.br/newsletter](http://www.abar.org.br/newsletter) e inscreva-se!



## Congresso da ABAR mobiliza de reguladores a representantes do saneamento e da infraestrutura



As principais entidades representativas dos setores de infraestrutura no país participaram do XIII Congresso Brasileiro de Regulação, realizado pela Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR), em São Paulo, em outubro passado.

Sob a coordenação do presidente da ABAR, Vinícius Benevides, diretores de agências associadas à ABAR, responsáveis por regular 40% do Produto Interno



Vinícius Benevides, presidente da ABAR, na cerimônia de abertura do XIII Congresso Brasileiro de Regulação

Bruto (PIB) do Brasil, trataram de temas que pautam a agenda regulatória, em debates de alto nível.

A universalização do saneamento teve destaque durante toda a programação

do evento, sendo objeto de boa parte dos painéis e dos trabalhos técnicos apresentados. A Aesbe foi ouvida, por meio de seus painelistas, em discussões sobre a regionalização da prestação dos serviços de saneamento e sobre os efeitos da Reforma Tributária nos setores regulados. O secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Leonardo Picciani, representantes dos serviços municipais de saneamento, do setor privado, executivos das próprias prestadoras, assim como as associações ligadas diretamente à infraestrutura física dos serviços puderam externar suas visões aos demais agentes que atuam no setor.

Além de ter 63 das suas 71 agências filia-das a regular 90% dos serviços de saneamento em todo o país, a ligação da ABAR com as questões do setor é histórica. Ao longo de 24 anos de história, a ABAR desenvolveu a Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde (CTSAn) e atualmente oferece um conjunto de cursos à distância, para atualizar reguladores do país sobre as transformações da área.



Sérgio Gonçalves, secretário-executivo da Aesbe.

**Acesse:** [www.abar.org.br](http://www.abar.org.br)



**Hélio Rosas**

é presidente da Associação Brasileira de Tecnologias Não Destrutivas (ABRATT) e CEO da Sanit Engenharia

## MND: uma alternativa para a universalização do saneamento básico

**D**e acordo com o Ranking do Saneamento 2023, ainda há 35 milhões de pessoas sem acesso à água potável e 100 milhões sem acesso à coleta de esgoto no Brasil. Isso equivale a mais de 5,5 mil piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento despejados diariamente na natureza. Contudo, ampliar redes de água e esgoto, muitas vezes, implica em atravessar grandes aglomerados urbanos, regiões de grande fluxo e áreas industriais. Esta é uma entre as diversas barreiras para atingir a universalização do atendimento. Neste sentido, a utilização de Métodos Não-Destrutivos (MND) servem como alternativa, utilizando o que há de mais avançado na Engenharia para realizar obras e serviços mais limpos, rápidos, com menor transtorno, menor poluição, melhor custo-benefício e, principalmente, com mais segurança.

Os Métodos Não-Destrutivos incluem uma grande variedade de técnicas para instalação, manutenção, recuperação e monitoramento de redes subterrâneas. No Brasil, a Associação Brasileira de Tecnologias

Não Destrutivas (ABRATT) vem atuando há quase 25 anos para difundir os MNDs. Apesar de seu uso ter inúmeras finalidades, é no saneamento que estas tecnologias têm sua principal utilização. O São Paulo No Dig Show, realizado em julho de 2023 e que atraiu milhares de participantes de todo o Brasil e do exterior, demonstrou o potencial que os MNDs têm na perspectiva de universalização do acesso à água e à coleta de esgoto. Mas ainda há muito desconhecimento sobre este tipo de tecnologia, de forma que o avanço das redes subterrâneas, sobretudo em lugares com grande concentração urbana, pareça uma missão intransponível.

As informações que o Ranking do Saneamento nos mostra deixam evidente a necessidade de maior celeridade na ampliação das redes de água e esgoto. Afinal, isso traz significativa melhoria na qualidade de vida da população, melhoria nas questões ambientais e aumento de receita. Os Métodos Não-Destrutivos são uma ferramenta valiosa para que esta meta seja alcançada o mais rápido e de forma mais eficiente possível.



# ESPAÇO DAS ASSOCIADAS

- 42** **CAERD** - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
- 44** **CAERN** - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
- 46** **CAESB** - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
- 48** **CASAN** - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
- 50** **CEDAE** - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
- 52** **CESAN** - Companhia Espírito-santense de Saneamento
- 54** **COSAMA** - Companhia de Saneamento do Amazonas
- 56** **DESO** - Companhia de Saneamento de Sergipe
- 58** **EMBASA** - Empresa Baiana de Águas e Saneamento
- 60** **SANEAGO** - Companhia Saneamento de Goiás

## CAERD

Companhia  
de Águas e  
Esgotos de  
Rondônia



# Caerd atua de forma emergencial para mitigar impactos da seca no município de Espigão do Oeste, em Rondônia

A ação rápida e coordenada da Companhia e das autoridades foi fundamental para enfrentar a crise hídrica na cidade e garantir o abastecimento de água à população

## ESPAÇO DAS ASSOCIADAS



A escassez hídrica que atingiu o rio Palmeiras, principal manancial que abastece o município de Espigão do Oeste, em Rondônia, causou preocupação às autoridades e à população. Em resposta à situação crítica, a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd) desencadeou uma ação emergencial para minimizar os impactos da seca na localidade, atribuídos às mudanças climáticas associadas ao fenômeno El Niño, que atinge todo o mundo.

Uma equipe especializada foi mobilizada para avaliar as condições do manancial e desenvolver estratégias destinadas a mitigar os impactos decorrentes da falta d'água nas residências locais. Com o apoio de um empresário local, que disponibilizou água represada em sua fazenda, a Companhia executou uma manobra inovadora. Por meio da instalação de 500 metros de tubulação, supervisionada pelo engenheiro Vagner Zacarini, a água da represa foi direcionada para o leito do rio, que seguiu o curso normal até o ponto de captação da Es-

tação de Tratamento de Água - ETA do município.

“Tantos anos em Rondônia, essa foi a primeira vez que vi um rio secar desta forma. Fizemos buscas na mata para verificar como estão os outros mananciais onde poderíamos fazer a transposição da água e estão completamente secos”, disse o coordenador operacional de estratégias Sul – Ceos, Cezar de Oliveira.

O diretor técnico operacional da Caerd, Lauro Fernandes, ressaltou que, “mesmo nos momentos mais críticos, o sistema de distribuição de água no município não deixou de funcionar, operou com capacidade reduzida até que uma solução permanente fosse implementada. Assim que soubemos que o rio Palmeiras secou, caminhões-pipa da Companhia foram prontamente enviados para atender às famílias afetadas”, ressaltou.

Uma força-tarefa envolvendo veículos da estatal, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, e da prefeitura de Espigão do Oeste foi desencadeada com a missão de distribuir água porta a porta, principalmente em áreas elevadas onde o acesso à água estava comprometido.

“Aqui na região central de Espigão do Oeste eu não tive problema com a falta de água, tanto que nem precisei dos serviços do caminhão-pipa, mas moradores de bairros da parte alta ficaram sem água por alguns dias. Porém, a Caerd e a prefeitura municipal se uniram para nos atender”, informa Maria de Lourdes, aposentada.

O serviço dos caminhões-pipa foi acompanhado pelo presidente da Caerd, Cleverson Brancalhão, que destacou a importância da colaboração da população para economizar água, uma vez que os órgãos de monitoramento climático preveem uma continuação da seca histórica, por pelo menos até o primeiro trimestre de 2024. Além disso, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam, estão sendo conduzidos estudos para avaliar o impacto do transbordo de mananciais como uma possível solução para suprir a região neste período.

A ação rápida e coordenada das autoridades e da Caerd foi fundamental para enfrentar a crise hídrica em Espigão do Oeste e garantir o abastecimento de água à população.



## CAERN

Companhia  
de Águas e  
Esgotos do  
Rio Grande do  
Norte

# Aduтора Apodi- Mossoró vai produzir 1,1 milhão de litros de água por hora para Mossoró e Governador Dix-Sept Rosado

A segunda maior cidade do Estado terá aumento de 35% na produção de água com a finalização da obra

Em julho de 2025, a segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Norte terá um incremento de 35% na sua produção atual de água, com a finalização da adutora Apodi-Mossoró. A obra garantirá para as cidades de Mossoró e Governador Dix-Sept Rosado segurança hídrica, água de boa qualidade e respeito ao meio ambiente. A estimativa é de uma produção de 1,1 milhão de litros de água por hora para as duas cidades.

O Governo do Estado, por meio da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), investe mais de R\$ 200 milhões em obras de abastecimento para os mossoroenses. Além da adutora Apodi-Mossoró, dois poços nas regiões Oeste e Leste serão colocados em operação, o novo sistema de abastecimento das Abolições está operando e será realizado o serviço de reativação do Poço 11.

As obras da adutora Apodi-Mossoró estão em andamento no Sítio Carrasco, zona rural de Apodi. Atualmente, a tu-

bulação está sendo assentada e interligando quatro poços. Os próximos passos da obra serão a conclusão dos poços já perfurados que serão equipados, perfuração de outros três poços e construção de duas Estações Elevatórias de Água e seus respectivos reservatórios ao longo da adutora.

Já foram investidos na adutora R\$ 120 milhões e nesta fase da obra são R\$ 82 milhões, que vão assegurar garantia hídrica tanto para Mossoró como para Governador Dix-Sept Rosado.

O projeto original da adutora iria captar água da Barragem de Apodi. Mas infelizmente, a seca de 2012 a 2017 causou insegurança hídrica, fazendo com que a barragem permanecesse com baixo volume de água. Por este motivo, a Caern retomou o investimento com readequações ao projeto original, em relação à fonte de captação da água. Além do que, a captação no Sítio Carrasco, com a utilização de poços, tem condições técnicas de garantir o envio de água para as cidades.



### **Novos poços**

A cidade de Mossoró está situada sob um aquífero de grande importância para o RN: o Arenito Assú. Para alcançar o manancial subterrâneo, os poços da cidade possuem equipamentos específicos para grandes profundidades, em média mil metros, além da temperatura da água que chega a cerca de 50 graus.

A Caern já contratou a execução de dois novos poços que serão perfurados nas áreas de expansão na zona Oeste e Leste da cidade. Com o investimento de cerca de mais de R\$ 17 milhões na perfuração e aquisição de equipamentos específicos para o sistema. Os poços vão reforçar a contribuição nas duas regiões da cidade.

A Companhia já tem contrato vigente com empresa para fazer a perfuração dos poços que devem ser iniciados em janeiro de 2024. Devido às especificidades técnicas de Mossoró, entre elas a temperatura da água e a profundidade do lençol freático, são necessários equipamentos diferenciados e que estão em fase de fabricação para que os poços sejam perfurados.

## CAESB

Companhia de  
Saneamento  
Ambiental  
do Distrito  
Federal



# Caesb atua na regularização dos serviços de saneamento no Distrito Federal

Programa Água Legal já investiu R\$4,5 milhões beneficiando 12 mil pessoas

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) tem investido no Programa Água Legal para regularizar e ampliar os serviços de saneamento para as populações hoje abastecidas por sistemas precários ou por ligações irregulares de água na capital

federal. Por meio dele, já foram regularizadas mais de quatro mil ligações de água e disponibilizados R\$ 4.423.748,67, recursos que beneficiaram cerca de 12 mil pessoas.

O Água Legal atua em todas as regiões administrativas da capital, que não



estejam abastecidas de forma regular, com enfoque nas áreas em regularização e próximas às redes regulares. Além das ligações já regularizadas, foram mapeadas 34.132 ligações passíveis de receberem água tratada.

Para o presidente da Caesb, Luís Antônio Reis, o Programa Água Legal é uma forma eficiente de ampliar o acesso das pessoas que fazem jus ao benefício da Tarifa Social para aqueles que se enquadram nos critérios. Além disso, as condições de atendimento por infraestrutura urbana para as populações enquadradas nas categorias de alta e muito alta vulnerabilidade social são melhoradas. “Mais do que levar saneamento básico, o Programa atua para melhorar as condições de saúde pública nas comunidades atendidas”, defende o presidente.

O superintendente de Comercialização da Caesb, Diego Rezende, esclarece que o Água Legal estimula e promove o uso racional da água, por meio de ações socioeducativas, contri-

buindo para a redução geral de perdas ocasionadas por ligações irregulares e pelo desperdício de água. “Por meio do Programa, as perdas físicas e comerciais de água, provocadas pelo consumo irregular, podem ser reduzidas”, comemora.

O atendimento às áreas em fase de urbanização ocorre ao longo dos anos, de acordo com a capacidade de execução dos projetos. Em Planaltina, por exemplo, já foram executadas cerca de 400 ligações, o que beneficiou aproximadamente 1.600 pessoas. Em Sobradinho, foram cerca de 190 adesões ao Programa, com 760 pessoas atendidas até o momento. A Caesb atua aos finais de semana também, por serem os dias de maior acesso a essa população.

## HISTÓRICO DO PROGRAMA

O Água Legal foi criado em março de 2019. O primeiro passo foi fazer um levantamento dos terrenos em núcleos informais, quantificar a demanda por ligações e redes públicas de água potável, definir as poligonais de atendimento, analisar a população dos

locais e, posteriormente, contatar a administração do local ou a liderança comunitária.

Com a publicação do Decreto Distrital 40.254/2019 e da Resolução nº14/2011 da Adasa, o Programa teve importantes avanços. O Decreto permitiu a construção da infraestrutura necessária para regularizar as ligações de água, e a atualização da resolução possibilitou que o morador do lote ou casa se tornasse legítimo para requerer a ligação de água. Desta forma, a política de atendimento do Programa Água Legal se tornou simples, prática e sem burocracia.

Para requerer a ligação de água, o programa exige apenas o RG, o CPF e o preenchimento do Termo de Solicitação de Serviços. O morador pode financiar os materiais suplementares da instalação, como caixa, cavalete e mureta, nas mesmas condições da taxa de 1ª ligação oferecidas pela Caesb, caso opte por obter os materiais com a Companhia ou não tenha condições financeiras de adquiri-los no mercado local.



## CASAN

Companhia  
Catarinense  
de Águas e  
Saneamento

# Casan economiza R\$ 10 milhões com projeto inovador premiado pela Fapesc

Intitulada “CASAN Sem Papel”, a iniciativa reforça as práticas de sustentabilidade e o posicionamento da Companhia como membro signatário do Movimento ODS Santa Catarina







O projeto “CASAN Sem Papel”, implementado em 2021 na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), foi premiado com o 3º lugar na categoria Governo Inovador do Prêmio Inovação Catarinense. O resultado foi divulgado em cerimônia promovida no mês de novembro de 2023 pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina).

Desde que entrou em operação, o “CASAN Sem Papel” já proporcionou a economia de aproximadamente R\$10 milhões com impressões, transporte e armazenamento. O projeto poupou também 30 toneladas de papel, 2 mil toners de impressora e 64 milhões de litros de água, o que equivale a cerca de 25 piscinas olímpicas cheias.

Para além da economia em dinheiro e recursos naturais, o SGP-e (Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos), reduziu em 111 mil horas o trabalho com protocolo, montagem e transporte de processos/documentos. Toda

esta economia reforça as práticas de sustentabilidade e o posicionamento da Casan como membro signatário do Movimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Santa Catarina.

### Como funciona o projeto

O “CASAN Sem Papel” funciona a partir de um software, o SGP-e, desenvolvido pela empresa catarinense Softplan e implantado em todas as Diretorias e Superintendências Regionais de Negócios da Casan pelo estado. O SGP-e centraliza todos os processos num ambiente digital, para acesso remoto a qualquer hora e lugar, sem imprimir uma única folha. No programa, todo o ciclo de vida de um documento é apresentado de forma transparente, acabando com a era da “caixa-preta” dos processos.

O novo sistema também dinamizou a divulgação de informes internos. Foi criado o personagem “Processinho”,

que guia e estimula a comunicação com os usuários do sistema, com dicas e avisos na rede interna da Companhia. Com o programa, hoje internamente todos os colaboradores da Casan têm acesso aos processos (com exceção daqueles considerados sigilosos). Externamente, as partes interessadas cadastradas também podem acompanhar a tramitação, seguindo os princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI).

## CEDAE

Companhia  
Estadual  
de Águas e  
Esgotos do Rio  
de Janeiro



# Cedae inaugura viveiro florestal em penitenciária de Resende

Unidade reforça a infraestrutura verde do Corredor Tinguá-Bocaina

No município de Resende, no Rio de Janeiro, em uma área de 1,7 mil m<sup>2</sup>, florescem novas oportunidades de desenvolvimento socioambiental. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), por meio do programa Replantando Vida, inaugurou um viveiro florestal localizado dentro da Penitenciária Luis Fernandes Bandeira Duarte, no distrito de Bulhões.

O viveiro de Resende é o sétimo mantido pela Cedae e o segundo instalado dentro de um presídio, seguindo o modelo implantado em 2014 na Colônia Penal Agrícola de Magé, na Baixada Fluminense. A unidade é capaz de cultivar, por ano, até 200 mil mudas de plantas nativas da Mata Atlântica. Com isso, a capacidade anual de produção do programa será de 2,2 milhões de mudas de



264 espécies, das quais 40 estão ameaçadas de extinção.

Além do centro de produção, foi inaugurada uma base florestal na região, que vai ampliar a participação da Cedae em ações de proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes no Médio Paraíba, ajudando a aumentar a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro.

“O novo viveiro reforça o compromisso da Cedae com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Somos uma empresa com uma trajetória alicerçada na responsabilidade socioambiental, focada na criação e implementação de importantes iniciativas ESG (Ambiental, Social e Governança). Ressocializar e restaurar florestas é a combinação ideal para a preservação dos mananciais utilizados pela Companhia”, pontua Aguinaldo Ballon, diretor-presidente da Cedae.

As mudas produzidas na unidade também são usadas para alimentar o Programa de Restauração Florestal do

Corredor Tinguá-Bocaina, lançado em junho pela Cedae, em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas) e a ONG The Nature Conservancy (TNC).

“A iniciativa está recuperando 30 mil hectares de Mata Atlântica na região de maior importância de recarga hídrica para o Rio Guandu, principal manancial do estado. Em outras palavras, significa que a Cedae está comprometida em garantir água de qualidade e em quantidade”, ressalta Ballon.

### **Compromisso com a ressocialização**

Todas as etapas de construção do viveiro foram realizadas por apenados do presídio, contratados por meio da parceria da Cedae com a Fundação Santa Cabrini (FSC), responsável por gerenciar o trabalho prisional no estado do Rio de Janeiro. Além das obras, eles participaram do curso de capacitação em restauração florestal, ministrado por profissionais da Companhia e especialistas na área ambiental.

Os integrantes tiveram contato com conhecimentos práticos e teóricos sobre as atividades que envolvem a cadeia produtiva de restauração ecológica, além de aulas sobre educação ambiental e cidadania. Ao todo, serão criados 50 novos postos de trabalho: 10 no viveiro, para apenados em regime fechado, e 40 na base florestal, para aqueles em regime semiaberto - que vão atuar no reflorestamento do Corredor Tinguá-Bocaina.

“As atividades do programa possibilitam mudanças significativas na vida dessas pessoas. Elas passam a ter uma rotina produtiva, respeitando regras e horários, aumentam a autoestima, aprendem a trabalhar em grupo, exercem a paciência nos trabalhos manuais, desenvolvem responsabilidades e melhoram as perspectivas pós-cárcere”, conclui Alcione Duarte, coordenador do Replantando Vida.

## **ESPAÇO DAS ASSOCIADAS**

### **Sobre o programa**

Unindo preservação ambiental e ressocialização de apenados do sistema prisional estadual, o programa Replantando Vida mantém viveiros florestais na Estação de Tratamento de Águas (ETA) do Guandu, na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de São Gonçalo, no Reservatório Victor Konder, na Caixa Velha da Tijuca, no Complexo do Alemão e na Colônia Penal Agrícola de Magé.

As espécies cultivadas nos viveiros da Companhia são usadas na recuperação de matas ciliares e na preservação da Mata Atlântica.

Todos os viveiros contam com a mão de obra de apenados dos regimes semiaberto, aberto e liberdade condicional que integram o programa. Eles recebem remuneração pelo serviço prestado, auxílios transporte e alimentação, além do benefício de remissão de um dia de pena a cada três trabalhados.

**CESAN**

Companhia  
Espírito-  
santense de  
Saneamento

# Cesan traça caminhos para a universalização com PPP de R\$ 7,13 bi

Ao todo serão beneficiados 1,18 milhão de habitantes com serviços de coleta e tratamento do esgoto



A Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) tem a meta de universalizar o serviço de coleta e tratamento de esgoto em todos os municípios que atende antes do que prevê o Marco Regulatório do Saneamento. Para isso, vai firmar uma Parceria Público-Privada (PPP) com contrato estimado em R\$ 7,13 bilhões e investimento de R\$ 1,77 bilhão. O processo de contratação já foi iniciado e está submetido à consulta pública, no site [www.cesan.com.br](http://www.cesan.com.br), até 31 de dezembro de 2023.

Segundo o presidente da Cesan, Munir Abud, o estudo para a modelagem da PPP foi realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e se apresentou como a solução mais vantajosa para a administração pública. “Com essa nova parceria vamos beneficiar mais de um milhão de habitantes com serviços de coleta e tratamento do esgoto. O modelo permite a atuação de empresas privadas em parceria com a Cesan e a aglutinação de múltiplos serviços e obras sob um mesmo contrato, assegurando ganhos de escala e entrega de soluções integradas e operacionais com qualidade para a população”, sintetiza Abud.

O escopo da parceria contempla a transferência para a iniciativa privada, por 25 anos, de serviços relacionados à implantação, ampliação, operação e manutenção do sistema de coleta e tratamento do esgoto nas zonas urbanas, incluindo também atividades de apoio à gestão comercial em 43 municípios atendidos pela Cesan e que integram a área de concessão, incluindo Vitória, Guarapari e Viana, na Região Metropolitana da Grande Vitória.

O pagamento pelos serviços será feito pela Cesan diretamente ao parceiro e leva em conta o desempenho na realização de investimentos, na execução das obras, na operação dos sistemas, nos aspectos ambientais e no atendimento aos usuários. Estima-se o valor do con-

trato em R\$ 7,13 bilhões, ao longo dos 25 anos, assumindo todos os riscos do negócio e também as despesas e custos operacionais, além da responsabilidade por realizar os investimentos e executar as obras. A meta é universalizar o serviço de coleta e tratamento do esgoto na Região Metropolitana da Grande Vitória até 2026 e nos demais municípios da concessão até 2031.

A previsão é que a concorrência para contratação da PPP seja concluída em 2024. Ao todo serão beneficiados 1,18 milhão de habitantes com serviços de coleta e tratamento do esgoto. Serão construídas 30 Estações de Tratamento de Esgoto, 139 estações elevatórias de esgoto e implantados 1,35 milhão de metros de redes. Ao fim das obras e da ligação dos imóveis ao sistema, 43,2 milhões de litros de esgoto por dia serão coletados, tratados e devolvidos limpos ao ambiente, deixando de poluir os mananciais, as praias e o mar do Espírito Santo e melhorando a saúde da população.

### Serviços já universalizados

Em todos os 53 municípios atendidos pela Cesan no Espírito Santo o abastecimento de água já é universalizado. A Empresa já atingiu a universalização do serviço de coleta e tratamento do esgoto em Vitória e Serra, na Região Metropolitana da Grande Vitória, e em outros cinco municípios do interior.

Para os demais municípios o plano de negócios é o mais arrojado já desenvolvido pela companhia. Além da PPP que será contratada, a empresa tem garantidos recursos da ordem de R\$ 4,3 bilhões para investir até 2027. O investimento também será feito no fornecimento de água, que já é universalizado nos municípios que atende, de forma que acompanhe o crescimento das cidades, garantindo a continuidade do abastecimento e segurança hídrica para a população.



## COSAMA

Companhia de  
Saneamento  
do Amazonas



# Durante seca histórica no Amazonas, Cosama realiza ações de distribuição de água potável e instalação de sistemas simplificados

Providências foram tomadas para amenizar os impactos causados pela estiagem, resultado da influência do fenômeno climático El Niño



Durante a seca histórica que assola o Amazonas, a Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) tem se dedicado a realizar ações para minimizar os impactos causados por este fenômeno. A empresa tem buscado soluções para garantir o acesso à água potável e instalar sistemas simplificados nas áreas atingidas.

O estado do Amazonas está enfrentando uma estiagem severa, que tem afetado comunidades ribeirinhas de 61 municípios banhados pela maior bacia hidrográfica do mundo. Esta situação tem causado dificuldades logísticas para os moradores dessas regiões. A estiagem é resultado da influência do fenômeno climático El Niño, que inibe a formação de nuvens de chuva, prolongando o período de seca e tornando-o mais intenso em comparação aos anos anteriores.

Diante desta situação, o governo do Amazonas decretou Situação de Emergência Ambiental e criou um Comitê Intersetorial, coordenado pelo governador Wilson Lima, que reúne 30 órgãos estaduais. Este comitê está executando o

Plano de Ação Estadual para a Operação Estiagem 2023, com o objetivo de prestar apoio às famílias afetadas, enviando ajuda humanitária. A Cosama, como membro do comitê, tem intensificado suas ações nas áreas atingidas.

Durante o período de setembro a novembro de 2023, a Cosama realizou a doação de 81.192 mil copos de água tratada envasada para distribuição nas localidades que enfrentam dificuldades para ter acesso à água. Além disso, foram instaladas duas máquinas purificadoras de água nos municípios de Tefé e Tabatinga, para abastecer vasilhames de 20 litros, e foram inaugurados 5 sistemas simplificados de tratamento de água em comunidades ribeirinhas dos municípios de Careiro da Várzea, Tabatinga, Benjamin Constant e Parintins. Estas ações têm garantido o acesso à água de qualidade para consumo humano, como relata a moradora Lucinara de Oliveira, da comunidade Boa Vista Cristo Rei, em Parintins.

“Eu só tenho a agradecer por essa água de qualidade que foi implantada na nossa comunidade, pois há muitos anos a gente sofria no período da seca, causando doenças aos nossos filhos, aos alunos da nossa escola. Então, agradeço do fundo do meu coração pelo sistema Água Boa”, ressaltou Oliveira.

Além disso, a Cosama tem realizado a dragagem, barragem hidráulica e desobstrução frequente do canal de entrada do Igarapé do Ajaratuba, em São Paulo de Olivença. Também foi feita a perfuração de um novo poço tubular para abastecimento do bairro Gilberto Mestrinho em Nhamundá. A empresa tem monitorado a vazão e o nível dos poços tubulares, realizando o rebaixamento planejado dos conjuntos motobombas. A Cosama também tem fornecido água por meio de caminhões-pipa, em parceria com a Defesa Civil, para distribuição em áreas críticas. Foram produzidos 300 mil copos para atender às localidades afetadas.

## ESPAÇO DAS ASSOCIADAS

A Cosama tem se empenhado em garantir a qualidade da água fornecida, investindo em tecnologias avançadas de tratamento. O diretor-presidente da Companhia, Armando do Valle, destaca a importância destes investimentos para proporcionar saúde e qualidade de vida à população. Bem como o comprometimento dos colaboradores da empresa em contribuir com ações emergenciais, como ressalta.

“Esses investimentos do governo do Amazonas garantem à população uma água tratada, proporcionando saúde e qualidade de vida, através do empenho dos nossos colaboradores, que contribuem com o social, além da importância de a Companhia estar inserida em ações emergenciais, como a Operação Estiagem, que está levando suprimentos e água as inúmeras famílias afetadas”, comenta Valle.

### Saiba mais

O Estado atingiu, durante a Operação Estiagem, a marca de mais de 1.800 toneladas de alimentos enviados a comunidades remotas e isoladas que enfrentam os impactos da estiagem. A ajuda humanitária chegou a comunidades ribeirinhas de 61 municípios, beneficiando mais de 95 mil famílias que passavam dificuldades de acesso à comida e outros recursos essenciais.



## DESO

Companhia de  
Saneamento de  
Sergipe

# Programa Deso Vida oferece desconto de tarifa para instituições filantrópicas

Iniciativa premiada contempla organizações com 50% de redução nas taxas de água e esgoto

A Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) conduz o Programa Deso Vida, que oferece tarifas diferenciadas a instituições filantrópicas e possibilita descontos nos valores sobre consumo de água e esgoto. Por sua importância, o Programa Deso Vida foi uma das iniciativas contempladas com o Selo e o Prêmio Boas Práticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em atividade desde 2005, o Programa Deso Vida beneficia 30 instituições sergipanas, atualmente, na Região Metropolitana e em municípios como Tobias Bar-

reto, Itabaiana, Propriá e Nossa Senhora da Glória. Pela proposta, a tarifa de água e esgoto sofre uma redução de 50%. Segundo a assistente social e coordenadora de programas sociais da Deso, Aline de Jesus Lima, é uma forma de o poder público, por meio da Deso, contribuir com essas entidades que prestam um relevante serviço à sociedade. “Indiretamente, portanto, atendemos a um montante de mais de 500 mil pessoas, contabilizando o público que essas instituições atendem. Oportunizamos que o recurso economizado na conta de água seja revertido em outros serviços”, explica.





## Instituições

O Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição (Same) é, há 19 anos, uma das organizações beneficiadas pelo Programa Deso Vida. Segundo o diretor-presidente da entidade, Antônio Costa Almeida, a iniciativa tem feito uma diferença significativa no fechamento das contas mensais. “Há quase 20 anos, procuramos a Deso para negociar uma dívida. Não só nos ofertaram condições diferenciadas de pagamento como nos ofereceram a parceria. Daquele dia em diante, seguimos fazendo parte do programa”, lembra.

O Same abriga, hoje, 60 idosos. O maior consumo de água na instituição é na lavanderia, que utiliza equipamentos industriais. Também há grande demanda para a higiene dos residentes. “Neste mês, nossa conta ultrapassou R\$ 6 mil. Se não fosse este projeto da Deso, seria o dobro. É muito importante esta parceria, tanto para o Same quanto para outras entidades, pois são instituições filantrópicas que sobrevivem com muito esforço e com a ajuda da sociedade. É com esse auxílio que conseguimos um equilíbrio maior”, acrescenta Antônio.

A Creche Ação Solidária Almir do Picolé também integra a lista de entidades contempladas. Atualmente, a organização recebe cem crianças de até 5 anos e mantém 17 funcionários. Por lá, o maior consumo de água é na lavanderia e no banho das crianças. Segundo Almir Almeida Paixão, o Almir do Picolé, o que é poupado no pagamento das contas se transforma em oportunidades para as crianças.

“O Programa Deso Vida beneficia várias instituições, não só a gente. A assistente social responsável veio nos procurar e fazer uma visita. Tem cerca de dez anos que somos cadastrados, e é um benefício muito bom. O desconto já vem abatido na conta, e o que deixamos de pagar é investido nos funcionários. A Deso está de parabéns, porque beneficia não só entidades filantrópicas, mas pessoas de baixa renda também. É um trabalho social muito bonito”, frisa.



## Crítérios

Além de acolher a solicitação das entidades, a Deso também realiza a busca ativa. Para fazer parte da lista de contemplados, é necessário cumprir alguns critérios. A instituição precisa ser reconhecida como sem fins lucrativos pelo Conselho de Assistência Social, seja nas esferas municipal e estadual, seja na federal. Ela também precisa apresentar documentos de regularidade, como estatuto, ata e CNPJ ativo. “No ato da inscrição, também fazemos uma visita institucional para saber se a entidade cumpre o que se propõe a fazer”, completa Aline.

O benefício tem validade de um ano, com possibilidade de renovação. Para tanto, é necessário apresentar um relatório de atividades expondo o que foi desenvolvido ao longo do período. “Quando a instituição entra no programa, ela passa a fazer parte da categoria comercial, que tem uma estabilidade maior em termos de tarifa. Uma entidade que tem uma conta de R\$ 5 mil, por exemplo, passa a pagar R\$ 2,5 mil. Isso faz muita diferença, sobretudo na época do verão”, resume.

Para aderir ao programa, basta que a entidade interessada submeta o ofício e a documentação via e-doc. “Nós é que vamos até a instituição”, pontua a assistente social. Aline também des-

taca a realização da 5ª edição do Encontro Deso Vida, que reúne gestores de todas as organizações beneficiadas. “Desta vez, promoveremos uma oficina de reciclagem de óleo de cozinha, além de uma feirinha solidária para venda e exposição do artesanato produzido nas próprias instituições”, informa.

## Reconhecimento

O Programa Deso Vida foi um dos contemplados com o selo e o prêmio Boas Práticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que também envolveu outras três ações desenvolvidas pela Companhia. A premiação aconteceu durante a abertura do Encontro Estadual ODS, promovido pelo Movimento Nacional ODS Sergipe no dia 17 de novembro. O prêmio é considerado um dos mais relevantes na agenda sustentável do país.

Em 2019, o programa também recebeu o reconhecimento com o Prêmio Socioambiental Chico Mendes, na categoria ‘Ação Socioambiental Responsável’. Além do Programa Deso Vida, a Companhia desenvolve outras ações de cidadania. Exemplos são a Tarifa Social Deso e a Negociação de Débitos, ambas voltadas à população de baixa renda. Em parceria com a Gerência Socioambiental da empresa, também são promovidas ações de conscientização ambiental.

## EMBASA

Empresa Baiana  
de Águas e  
Saneamento



# Embasa capta R\$ 1 bi para ampliar acesso a serviços de água e esgoto na Bahia

Recursos serão destinados a 27 obras para  
implantação, ampliação ou melhorias em  
sistemas de abastecimento



No final de outubro, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) fechou a captação de R\$ 300 milhões no mercado financeiro por meio de oferta pública de debêntures simples não conversíveis em ações na bolsa de valores de São Paulo. A emissão desses títulos faz parte do plano de captação de recursos da Companhia e soma-se ao financiamento de R\$ 730 milhões assinado com a Caixa Econômica Federal, em setembro deste ano, para investimento em ampliação do acesso da população baiana aos serviços de água e esgoto.

“A oferta pública realizada na B3 foi a primeira iniciativa da Embasa para captar recursos no mercado de capitais e fomos muito bem-sucedidos, pois demonstramos que a Companhia é financeiramente saudável e tem sustentabilidade econômico-financeira aos olhos dos investidores”, comemora o

presidente da Embasa, Leonardo Góes. “Com esses recursos, vamos dar uma virada no panorama do saneamento baiano e cumprir as metas de ampliação do atendimento, como prevê o Marco Legal do Saneamento”.

“Foi um processo exitoso em que conseguimos negociar todas as debêntures oferecidas. Isso significa que a Embasa foi reconhecida como uma empresa sólida e atrativa para os investidores. Isso é um grande feito para uma empresa pública de capital fechado, que vem gerindo com eficiência suas finanças e, por isso, tem condições de alcançar os índices de atendimento exigidos pela legislação, contribuindo para o desenvolvimento dos municípios atendidos”, explica a diretora financeira e comercial, Marcela Lima.

Os recursos captados na bolsa de São Paulo serão destinados a 27 obras para implantação, ampliação ou melhorias

em sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Serão beneficiados 20 municípios baianos: Baixa Grande, Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Ibicuí, Ilhéus, Inhambupe, Ipiaú, Ipirá, Itaberaba, Jequié, Lauro de Freitas, Mata de São João, São Francisco do Conde, Salvador, Santo Estêvão, Senhor do Bonfim, Simões Filho, Teixeira de Freitas e Ubaitaba.

**SANEAGO**  
Saneamento de  
Goiás S. A.



## **Saneago recebe Prêmio Lúcio Costa concedido pela Câmara dos Deputados**

Honraria foi entregue a entidades e personalidades que promoveram avanços nacionais nas áreas de mobilidade, saneamento e habitação



A Saneamento de Goiás S. A. (Saneago) recebeu o 8º Prêmio Lúcio Costa, um dos mais importantes concedidos pela Câmara dos Deputados. A premiação, realizada em Brasília, foi entregue a três entidades e três personalidades que promoveram avanços nacionais nas áreas de mobilidade, saneamento e habitação.

O Prêmio é anual e tem se consolidado como um importante estímulo para trabalhos, ações e programas inovadores. O ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, destacou “o exemplo da Saneago e da equipe” na prestação de serviços públicos de saneamento com qualidade.

### **Perdas na distribuição**

Menos água perdida na distribuição significa mais água na torneira da população e isso é fundamental, especialmente para garantir o abastecimento com regularidade nos períodos de estiagem. Neste sentido, a Saneago é referência nacional no combate às perdas de água na distribuição, registrando apenas 25,5% no quesito – a única companhia estadual com índice inferior a 30%.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), a média nacional é de 40% de perdas. Vale destacar que Goiânia é a mais bem colocada no ranking das capitais brasileiras e, de acordo com a mais recente atualização da Companhia, registra menos de 15%. Estes números positivos são comparáveis a grandes referências europeias e asiáticas.

O presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, frisou que estes bons números são resultado de “muito investimento, técnica e profissionalismo”. E explicou ainda que, para alcançá-los, “os funcionários e a alta administração precisam buscar essas metas todos os dias”.

### **Universalização**

Um dos destaques responsáveis pela premiação da Saneago foi também o fato

de que o serviço de esgotamento sanitário alcançou mais de 980 mil pessoas em Goiás desde 2019. No período, a Companhia expandiu o sistema em 12,5 pontos percentuais, saindo de 60% para 72,5% de atendimento com esgoto – acima da média nacional no quesito, que é de 56%. Nos municípios atendidos pela Saneago, hoje já são mais de 4,4 milhões de pessoas beneficiadas. “É um trabalho forte para a universalização”, nas palavras do presidente da Companhia.

Outro destaque é o índice de atendimento urbano com água tratada, que atinge 97,9% – são mais de 6 milhões de pessoas beneficiadas. Tudo isso demonstra que o compromisso da Companhia é para que os serviços, com qualidade e regularidade, cheguem com rapidez a todos, sem distinção – dos menores municípios e regiões mais afastadas aos grandes centros urbanos. “Este é um olhar nosso, um olhar para todos. Quando fazemos um serviço é para as pessoas. E é um serviço essencial, dia a dia, 24 horas por dia”, finalizou Soavinski.

# Você sabia que o Brasil vai do Caburaí (RR) ao Chuí (RS) e não do Oiapoque ao Chuí?

Visível a olho nu no mapa, o extremo norte do país ainda luta por reconhecimento mais de 25 anos após correção.

**E**mbara famosa, a expressão “do Oiapoque ao Chuí” não reflete a realidade. Presente em letras de música e poesias, o ditado popular usado para se referir à extensão do país perdura no vocabulário brasileiro mais de duas décadas após sua correção. Em contrapartida ao ponto no município de Chuí, no Rio Grande do Sul, o extremo norte do país é o Monte Caburaí, localizado no Município de Uiramutã, em Roraima.

No Sul, o pequeno curso de água que é o rio Arroio Chuí faz fronteira com o Uruguai e deságua no Oceano Atlântico. Até 1998, o mu-

nicipio de Oiapoque, no Amapá, detinha o ponto mais setentrional ao norte do país.

A descoberta de que o extremo norte brasileiro fica, na verdade, no Monte Caburaí veio com a expedição organizada pelo jornalista Platão Arantes e pelo prefeito de Uiramutã à época, Venceslau Brás Barbosa da Silva.

Escrito por Arantes, o livro “Do Caburaí ao Chuí” conta como foi a jornada. A expedição ocorreu de 3 a 6 de setembro daquele ano e contou com a participação de cerca de 80 pessoas, dentre elas, militares e jornalistas. Pesquisadores de diver-

sas instituições também se juntaram ao grupo, como os integrantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Governo do Estado de Roraima, a Assembleia Legislativa de Roraima e a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Em 1993, o jornalista pernambucano mudou-se para Roraima, passando a trabalhar na Assembleia



Legislativa. Arantes participou de comissões que percorreram o estado para analisar potenciais regiões para a criação de novos municípios. Foi nessa época que sugeriu a expedição científica.

Enfrentar a vegetação densa da Amazônia, mesmo atualmente, não é uma tarefa fácil. Mas a jornada foi um sucesso. Com 1456 metros de altitude, o Monte Caburá fica 84,5 quilômetros acima do Oiapoque, constatou-se.

No entanto, o reconhecimento do feito só chegou anos mais tarde. Por estar situado na fronteira entre o Brasil e a Guiana, o Ministério das

Relações Exteriores, acompanhado por representantes oficiais dos dois países, precisou fazer uma nova expedição ao local mesmo a área já tendo sido demarcada pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites em 1933.

Foi só em 2005 que um marco para cada país foi colocado no Platô do Caburá, próximo à nascente do rio Uailã. A essa altura, o livro já havia sido finalizado e Arantes foi o responsável por solicitar a revisão do material didático ao Ministério da Educação (MEC).

A falta de reconhecimento de um ponto tão importante para o país é

lamentada até hoje. Foi esse sentimento que inspirou a aprovação da Lei nº 992/2015 pela Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), que instituiu o Dia Estadual do Monte Caburá. Celebrado em 8 de setembro, a data presta homenagem à expedição e à importância histórica do monte.

Da próxima vez que escutar a expressão “do Oiapoque ao Chuí”, não tenha medo de corrigir! Assim como a Aesbe, presente em todas as regiões do Brasil - do Caburá ao Chuí, ajuda a disseminar o marco que é um dos símbolos mais importantes do Estado de Roraima.



## SERGIO ANTONIO GONÇALVES

Mestre em Saúde Pública na área de estudo da Gestão e Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento (Fiocruz), engenheiro civil e bacharel em Química, secretário executivo da Aesbe.

# Saneamento: A Economia, a Sociologia e a Filosofia sempre estiveram presentes nos Movimentos Político-Institucionais pela prestação dos serviços públicos

**Q**uem renega a história, não se reconhece no presente e não tem futuro!

O Poder das narrativas de determinados grupos sociais, que detêm principalmente o poder econômico, geralmente, são acolhidas pelos grandes grupos de comunicação. Neste sentido, fazer reflexões e ponderações de uma forma mais transparente e republicana cada dia é mais necessário, pois assim pode-se dar a possibilidade do debate e exposição de posicionamentos diferentes que são amparadas por visões de economistas, filósofos e sociólogos historicamente conhecidos e que são base dos debates contemporâneos.

Entender um pouco dos movimentos político-institucionais que movem o Estado, e seus serviços públicos, em âmbito mundial faz com que possamos observar seus reflexos locais. Estes movimentos são cíclicos mesmo que em roupagens novas ou até se apropriando das tendências que os façam mais palatá-

veis para a sociedade num determinado momento histórico.

Este artigo de opinião, procura abordar, de forma sucinta, uma pequena sistematização da literatura, restrita a algumas referências conceituais relacionadas à interpretação metodológica da ação de atores sociais na formulação e na implementação de políticas públicas, objetivando elucidar o debate corrente sobre novas tendências de ordem político-institucional que estão sempre em discussão e influenciam a direção de ações e programas públicos, tais quais os de saneamento básico em todo o país.

Autores clássicos como Durkheim<sup>1</sup>, Marx<sup>2</sup> e Weber<sup>3</sup> ainda constituem referência obrigatória no debate sobre o papel do Estado e das políticas públicas em diferentes países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Marx e Engels<sup>4</sup> (1848) propõem um entendimento particular a ser dado



à relação entre indivíduo e sociedade, principalmente ligados aos meios de produção, ou seja, se no âmbito burguês os indivíduos no seio de uma classe tivessem seus interesses condicionados por sua existência como membros desta, como indivíduos médios, para a coletividade dos proletários revolucionários, os indivíduos tomariam controle de sua condição de existência e as de todos os membros da sociedade.

Max Weber, ao lado de Karl Marx e Émile Durkheim, constitui-se num dos grandes expoentes da sociologia moderna, tendo sido influenciado por estes e crítico das obras destes pensadores. Na teoria weberiana, a sociedade é tutelada pela burocracia estatal.

A edição mexicana da obra *Economia e Sociedade* (1944), de Max Weber, causou um grande impacto no contexto brasileiro, passando seu autor a ser referência para os estudos sociológicos na atualidade.

Segundo Álvaro Bianchi (2014), o conceito weberiano de Estado deve ser compreendido de forma mais ampla no contexto da sociologia da dominação, o individualismo metodológico assumido por Weber implica uma “relação de dominação de homens sobre homens”, na qual os dominados se submetem à

autoridade invocada pelos dominantes<sup>5</sup>. Para Bianchi, na medida em que “as ‘relações’ existem apenas como ações humanas de determinado sentido”<sup>6</sup>, fica claro que o Estado não pode ter uma existência separada dos indivíduos.

Nos dias atuais, é incontestável a influência de Max Weber no pensamento sociológico em geral, mas também se deve pontuar a importância da corrente marxista, principalmente, em estudos que tratam da teoria da estratificação social. Essas duas visões e orientações se confrontam. Este confronto pode ser observado, por exemplo, nos textos e nos debates de autores brasileiros, tais como Flores-Tan Fernandes<sup>7</sup>.

As sociedades são concebidas como compostas de diversos centros de poder, sendo que nenhum deles é totalmente soberano. Esse modelo adota o conceito de grupo de interesse, ou grupo de pressão, como instrumento analítico para o processo de decision-making. Na concepção pluralista, o poder relaciona-se a questões específicas, fugazes ou persistentes; desta forma, instauram-se coalizões entre grupos de interesse na busca de certos objetivos. A luta política se faz em torno de questões diversas, tais

como: problemas econômicos, morais, religiosos, de raça, de gênero e diversos outros. Segundo Rocha (2005), o Estado é considerado algo neutro, cuja função é promover a conciliação dos interesses que interagem na sociedade, segundo a lógica do mercado<sup>8</sup>.

No entender de Rocha (2005), apesar de se colocarem em lados opostos do debate, o pluralismo e o marxismo unem-se na ênfase analítica centrada na sociedade. Para ambas as perspectivas, a ação estatal é sempre uma resposta a estímulos vindos da sociedade.

Na perspectiva de aproximação entre diferentes e até mesmo opostas vertentes interpretativas, por volta de meados dos anos 80, difunde-se o modelo analítico neoinstitucionalista.

Para Peter A. Hall (2003), e Rosemary Taylor (2003), a discussão contemporânea sobre sistemas de governo e, em especial, sobre as relações entre cada sistema de governo e a estabilidade constitucional, dá-se junto à matriz teórica hegemônica no campo da Ciência Política, chamada de novo institucionalismo. Assim, torna-se necessária uma análise crítica sobre preceitos, preconceitos, hipóteses, estruturas e formulações

<sup>1</sup> 1858–1917, sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês.

<sup>2</sup> filósofo, sociólogo, jornalista.

<sup>3</sup> intelectual, jurista e economista alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia.

<sup>4</sup> Friedrich Engels (1820–1895). Empresário industrial e teórico revolucionário alemão. Junto com Karl Marx, fundou o chamado Socialismo Científico ou Marxismo. Seu pai era dono de uma grande indústria têxtil em Salford, Inglaterra.

<sup>5</sup> *apud* Weber, 1999, v. 2, p. 526.

<sup>6</sup> *apud* Weber, 1999, v. 1, p. 24.

<sup>7</sup> 1920–1995, sociólogo e político brasileiro. Em 1964, recebeu o Prêmio Jabuti pelo livro *Corpo e alma do Brasil* e foi agraciado postumamente em 1996 com o Prêmio Anísio Teixeira.

<sup>8</sup> Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods (formalmente criada em 27 de dezembro de 1945 por 29 países-membros e homologado pela ONU em abril de 1966) com o objetivo inicial de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial.

teóricas desta vasta e variada reflexão, que se abriga sob o nome de institucionalismo, e suas diversas variantes. Os autores entendem que o novo institucionalismo não é uma corrente de pensamento unificada.

No início dos anos 80, três escolas neoinstitucionalistas foram desenvolvidas para se contrapor às perspectivas “behavioristas”, que foram influentes nos anos 1960 e 1970.

Hall (1996) aborda a influência werberiana em três vertentes de institucionalismos: a) histórico; b) racional; c) sociológico.

Theda Skocpol (1985), com o objetivo de organizar as bases da análise neoinstitucionalista. A autora considera a sociedade civil permanentemente influenciada pelo Estado, afirmando que este é “[...] muito mais que um simples foro em que os grupos sociais formulam demandas e empreendem lutas políticas ou estabelecem acordos” (p. 83).

Nesta conjuntura político-institucional, no ano de 1988, foi promulgada a nova Constituição do Brasil (CF-88) e no ano de 1989 foi realizada, na capital dos Estados Unidos da América, a reunião que ficou conhecida por ter gerado o “Consenso de Washington”. Neste encontro, foram pactuadas uma série de recomendações visando ao desenvolvimento a partir da aplicação de políticas econômicas de cunho

neoliberal, particularmente, em países da América Latina. O receituário do Consenso de Washington foi aplicado amplamente no subcontinente americano durante a década de 1990, principalmente pela pressão e influência exercidas pelo governo dos Estados Unidos e por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>9</sup>, o Banco Mundial (BIRD)<sup>10</sup> e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)<sup>11</sup>.

Assim, com a eleição no Brasil realizada em 1989, e após a posse do presidente em 1990, nos auspícios do “Consenso de Washington”, foi iniciada a abertura do mercado nacional. Esse fato também se refletiu nas políticas voltadas para o saneamento básico.

Seguiram-se a partir dos anos 1990 uma série de legislações que reorganizavam a prestação dos serviços públicos, tais quais a Lei nº 8.987 de 1995 (conhecida como a Lei de Concessões); a Lei nº 11.079 de 2004 (conhecida como a Lei das PPPs); a Lei nº 11.445 de 2007 (conhecida como a Lei Nacional de Saneamento Básico) e a Lei nº 14.026 de 2020 (Lei que alterou significativamente a Lei nº 11.445).

A crise econômica verificada no Brasil, a partir de 2015, que atingiu diretamente os investimentos em saneamento básico, foi base da narrativa para a Lei nº 11.445 de 2007. Juntou-se a isso a narrativa da necessidade urgente na melhoria dos indicadores

de atendimento à população, principalmente, no tocante aos serviços de coleta e tratamento do esgoto doméstico, assim, neste contexto, a Lei nº 14.026 foi aprovada.

Neste cenário de alteração da Lei nº 11.445 de 2007, a inclusão de metas e outros indicadores econômicos se colocaram e colocam como sendo os desafios para que se possa atingir a universalização.

Outra inovação trazida pela Lei é a responsabilidade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em emitir normas de referência para o setor. Atualmente, temos mais de 90 agências reguladoras em nível estadual, municipal e multimunicipais.

Muitos temas, ainda, estão sendo estudados e avaliados como devem ser implementados, como a regionalização e sua governança, fontes de recursos financeiros para investimentos, como chegar nas pessoas em estado de vulnerabilidade social ou que estejam em áreas rurais e rurais dispersas.

Concluindo, do ponto de vista conceitual das escolas sociológicas e econômicas, será possível o atingimento das metas de universalização, não só as que estão na Lei que vinculam apenas na abrangência dos contratos firmados com os prestadores dos serviços, mas sim, a toda a população, sem a presença de políticas afirmativas e recursos financeiros do Estado?

<sup>9</sup> O Banco Mundial (BIRD) é uma instituição financeira internacional que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. É o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento no mundo, além de possuir o status de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e em outros fóruns internacionais, como o G-20 financeiro. A sede do banco está situada em Washington, D.C., Estados Unidos da América. O Banco Mundial é parte do Grupo do Banco Mundial.

<sup>10</sup> O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington D.C., EUA, e criado no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe.



## UNIDADE MÓVEL

# POTABILIZADORA DE ÁGUA

A solução mais rápida, econômica e de melhor resultado final para o tratamento de água

- Sistemas de membranas que fornecem água apropriada para o consumo humano ou aplicações industriais
- Facilidade e agilidade no içamento, transporte, instalação e operação



ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.



# APAREÇA NA PRINCIPAL PUBLICAÇÃO DO SANEAMENTO NO PAÍS

**Entrevistas** com especialistas, parlamentares, dirigentes de empresas de saneamento e mais.

Distribuição para empresários, deputados, senadores e **dirigentes do setor**.

A cada três meses **uma nova edição**.

**10 mil** exemplares impressos.



## ANUNCIE

Solicite o mídia kit: 61 3022-9600

[Aesbe.org.br](http://Aesbe.org.br)

[comunicacao@aesbe.org.br](mailto:comunicacao@aesbe.org.br)